



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 08/09
2009-09-11



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 08/09

4ª Sessão Ordinária

11 de Setembro de 2009

--- Aos onze dias do mês de Setembro de dois mil e nove, no Palácio Municipal de Valenças, na Vila de Sintra, pelas 20.45 horas, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 4ª Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

- 1. a) Expediente e informações.-----
--- b) Apreciar e votar:-----
- Acta nº 06/09 referente à 3ª Sessão Ordinária realizada em 26 de Junho de 2009.-----
- Acta nº 07/09 referente à 3ª Sessão Extraordinária realizada em 22 de Julho de 2009.-----
--- 2. Assuntos de interesse municipal relevantes e urgentes, nos termos do nº 3 do artigo 45º do Regimento.-----
--- 3. Apreciar a Actividade Municipal.-----
--- 4. Apreciar e votar o aumento dos Fundos Próprios do Município em 7.703,00€ em consequência do registo dos bens em falta no Balanço Inicial de 01.01.2002 (bens imóveis de domínio público).-----
--- 5. Autorizar a isenção subjectiva temporária, relativamente à taxa prevista no artº 64º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, abrangendo todos os comerciantes concessionários de espaços no Mercado Municipal de Rio de Mouro, enquanto durar a obra de remodelação do mesmo, com a duração previsível de seis meses.”-----
--- 6. Autorizar a adesão da Câmara Municipal de Sintra à Associação Regional dos Hoteleiros da Costa do Estoril, Sintra, Mafra e Queiras - ARHCESMO”.-----
--- 7. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 100m², sita em Cabriz a confrontar do Norte com estrada, do Sul com Augusto Pedro Mota, do Nascente com caminho e do Poente com Azinhaga e regueiro, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 03749 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo provisório nº P4608 da mesma Freguesia”.-----
--- 8. Rectificar a deliberação tomada na 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 15.05.2009, quanto à área a afectar ao domínio público municipal, a qual será de 449m² e não de 539 m², relativa à parcela de terreno sita na Rua Joaquim Guilherme da Costa Caldas nº 8,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10, 12 e 14, inscrita na matriz predial urbana sob artigo nº 75 da Freguesia de Aqualva e descrita na Conservatória do Registo Predial de Aqualva Cacém, sob a ficha nº 02331 desta freguesia”.-

--- 9. Rectificar a deliberação tomada na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.06.2009, quanto à indicação da área a afectar ao domínio público municipal, a qual é de 298,75 m² e não de 397,75 m², relativa ao prédio urbano sito na Av. Desidério Cambournac nºs 27 e 29, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 2359 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 01085 da Freguesia de Santa Maria”.-

--- 10. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 19, com a área de 204m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 67 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro”.-

--- 11. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 25, com a área de 1.080,00 m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 78 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro”.-

--- 12. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 44m², sita em São João das Lampas, a confrontar do Norte com Manuel Inácio Gonçalves, do Sul com José Maximiano Carneira de Barros, Nascente com Centro Social e Paroquial de São João das Lampas e Poente com Estrada, descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 07437 da Freguesia de São João das Lampas e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 6129 da mesma Freguesia”.-

--- Presentes, dos Membros da Mesa, o Deputado José Angelo Ferreira Correia, Presidente da Assembleia e os Deputados Ana Queiroz do Vale e Carlos Manuel dos Santos Duarte, respectivamente, 1ª e 2ª Secretários.-

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Marco Paulo Caldeira de Almeida, José Lino Ramos e Luís Vieira Duque.-

--- Verificada a existência de quórum com a presença de 44 Deputados Municipais, que subscreveram a folha de presenças (doc. nº 1), o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-

--- Faltaram à reunião os seguintes Deputados: Acácio Simões Brás Inácio, Sérgio Hugo Nunes Dias, José Alexandre Marques Almeida, Joaquim Nunes dos Santos, Moisés Lopes Gil, Vitor Manuel Corredoura, Jorge Coutinho Lucena, José Manuel da Silva Elias e José António Alves do Paço.-

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA** constante no documento em anexo, que faz parte integrante desta acta (doc. nº 2).-



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10, 12 e 14, inscrita na matriz predial urbana sob artigo nº 75 da Freguesia de Aqualva e descrita na Conservatória do Registo Predial de Aqualva Cacém, sob a ficha nº 02331 desta freguesia”.-

--- 9. Rectificar a deliberação tomada na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.06.2009, quanto à indicação da área a afectar ao domínio público municipal, a qual é de 298,75 m² e não de 397,75 m², relativa ao prédio urbano sito na Av. Desidério Cambournac nºs 27 e 29, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 2359 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 01085 da Freguesia de Santa Maria”.-

--- 10. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 19, com a área de 204m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 67 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro”.-

--- 11. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 25, com a área de 1.080,00 m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 78 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro”.-

--- 12. Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 44m², sita em São João das Lampas, a confrontar do Norte com Manuel Inácio Gonçalves, do Sul com José Maximiano Carneira de Barros, Nascente com Centro Social e Paroquial de São João das Lampas e Poente com Estrada, descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 07437 da Freguesia de São João das Lampas e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 6129 da mesma Freguesia”.-

--- Presentes, dos Membros da Mesa, o Deputado José Angelo Ferreira Correia, Presidente da Assembleia e os Deputados Ana Queiroz do Vale e Carlos Manuel dos Santos Duarte, respectivamente, 1ª e 2º Secretários.---

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Marco Paulo Caldeira de Almeida, José Lino Ramos e Luís Vieira Duque.---

--- Verificada a existência de quórum com a presença de 44 Deputados Municipais, que subscreveram a folha de presenças (doc. nº 1), o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.---

--- Faltaram à reunião os seguintes Deputados: Acácio Simões Brás Inácio, Sérgio Hugo Nunes Dias, José Alexandre Marques Almeida, Joaquim Nunes dos Santos, Moisés Lopes Gil, Vitor Manuel Corredoura, Jorge Coutinho Lucena, José Manuel da Silva Elias e José António Alves do Paço.---

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA** constante no documento em anexo, que faz parte integrante desta acta (doc. nº 2).---



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-
- Justificações de falta às Sessões de:-----
- 12 de Março de 2009 – António Filipe Gaião Rodrigues.-----
- 15 de Maio de 2009 – José António Alves do Paço.-----
- 26 de Junho de 2009 – José Manuel da Silva Elias.-----
- 22 de Julho de 2009 – Vitalino Canas, Maria Graça Rodrigues, António Oliveira Lopes, Joaquim Nunes dos Santos, José Manuel da Silva Elias e Rui Castelhana.-----
- À presente Sessão: Vítor Manuel Fernandes Corredoura.-----
-
- O Presidente da Junta de Freguesia de Colares far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. Carlos José Almeida Leiria.-----
- O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Penaferrim far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. José Carlos de Oliveira Domingues.---
- O Presidente da Junta de Freguesia de Terrugem far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. José António Alves do Paço.-----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Pero Pinheiro far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. Domingos Rodrigues.-----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel) far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. António Vicente.-----
- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria do Rosário Mayoral Ventura, da Coligação Mais Sintra – PPD/PSD-CDS/PP-PPM-MPT, para a presente Sessão, sendo substituída pelo Deputado Luís Nuno Gama Lobo Neves Ramos.-----
- Pedido de substituição do Deputado Municipal Rui Manuel da Silva Curica, da Coligação Mais Sintra – PPD/PSD-CDS/PP-PPM-MPT para a presente reunião, sendo substituído pelo Deputado António Miguel Alcobia Ribeiro Paiva.-----
- Pedido de substituição do Deputado Municipal Joaquim Dinis Gonçalves dos Santos, da Coligação Mais Sintra – PPD/PSD-CDS/PP-PPM-MPT para a presente reunião, sendo substituído pelo Deputado José António de Oliveira Vinagre.-----
- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria da Piedade Matos Mendes, do Partido Socialista – PS, pelo período de 05 dias, com início em 10 de Setembro de 2009, sendo substituída pelo Deputado Valter Januário.-----
- Pedido de substituição da Deputada Municipal Telma Martins Paixão Ribeiro Leitão, do Partido Socialista – PS, pelo período de 02 dias, com início em 10 de Setembro, substituída pela Deputada Maria do Céu Ribeiro Albuquerque.----
- Pedido de substituição do Deputado Municipal Luís Manuel da Mota Gaspar, do Partido Socialista – PS, pelo período de 02 dias, com início em 10 de Setembro de 2009, sendo substituído pelo Deputado Manuel Joaquim.-----
- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria do Céu Albuquerque, (substituta) do Partido Socialista para a presente reunião, sendo substituída pelo Deputado Moisés Gil.-----
- Pedido de substituição do Deputado Municipal Vitalino José Prova Canas, do Partido Socialista – PS, pelo período de 03 dias, com início em 10 de Setembro de 2009, sendo substituído pela Deputada Susana Cristina Lança



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rodrigues.-----
--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Filipe Gaião Rodrigues, da Coligação Democrática Unitária, pelo período de 02 dias, com início em 10 de Setembro de 2009, sendo substituído pelo Deputado António Jorge Cerva Mendes Malos.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Miguel Sacadura Cabral Portas, do Bloco de Esquerda – BE, para a presente reunião, sendo substituído pelo Deputado Jorge Emanuel Gomes da Silva.-----

--- Foi declarado o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

--- Foi dada a palavra à Múncipe Maria Leonor Dionísio Andrade Ferreira, residente na Av. Prof. Bento Jesus Caraça, 25 – 2º A, no Algueirão, que referiu: Eu venho aqui representar uma empresa de administração de condomínios, que funciona com sede nesta Comarca. Nós fizemos uma exposição, por escrito, relativamente aos contentores e às recolhas do lixo, que se fazem na Avenida Bento de Jesus Caraça no Algueirão, porque as pessoas depositam monos, sebes, mobílias e vidros, que acabam por ficar ali depositados, por vezes, durante semanas, porque a recolha não é efectuada. E a nossa exposição, seria no sentido de não só procederem com mais assiduidade às recolhas desses lixos e desses monos, como também elucidar todos os munícipes dos dias em que se efectuam as recolhas e em que dias devem proceder ao depósito desses materiais, assim como quais os contentores que devem ser utilizados e de que maneira. Quanto aos monos, o que eu sugeria é que nos próprios contentores constasse um panfleto autocolante, mencionando os dias da recolha e onde constasse um número de telefone para onde as pessoas pudessem recorrer para obter informações. Por outro lado, eu queria colocar aqui outro assunto, relativamente à Tapada das Mercês. Neste momento, a Tapada das Mercês está com os jardins todos secos e cheios de lixo, que os condóminos deitam das janelas e das portas. Não há sequer limpeza desses espaços verdes e tratamento dos jardins. Um dia destes, vi um Funcionário da HPEM a varrer os passeios mais acima, e perguntei-lhe se ele iria recolher o lixo que estava depositado nos jardins. O Senhor respondeu-me que não, pois essa não era a função dele e que apenas estava ali para tirar o lixo dos passeios. É uma situação que preocupa porque, para além de morar na Tapada das Mercês, tenho um estabelecimento – um Cabeleireiro – e dá muitíssimo mau aspecto esta paisagem. Colocaram rega automática nos jardins, que não funciona porque não carregam!-----

--- Foi dada a palavra à Múncipe Maria Armanda Pinheiro Claro, residente na Praceta de Damão, 10 – 1º Esq, em Mem Martins, que referiu: Eu venho falar sobre o Mercado de Fanares. Eu queria, se me é permitido, fazer três perguntas: Quando é que a Feira sai dali? Em segundo lugar, se os Senhores têm consciência dos danos morais e materiais que estão a causar aos Moradores? Terceira - Se os Senhores conhecem o local e sabem as condições miseráveis que os Moradores ali vivem? Eu tenho um exemplo, que esclarece bem a nossa situação. Tive um familiar em estado terminal, e não



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consegui tirá-lo de lá enquanto o Mercado não acabou! Eu penso que isto é degradante para quem vive ali. Andam-nos a enganar há bastante tempo, dizendo "sai hoje" ou "sai amanhã" e com grandes conversas para os jornais dizendo que o Mercado saia dali no dia 15. Entretanto, os Senhores Vendedores decidiram que não queriam sair dali, embora já tenham um espaço! Parece que agora falta a luz. Eu já telefonei várias vezes – está ali o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mem Martins que sabe o quanto me tenho esforçado – para que tal situação não permaneça, tanto pelas condições em que vivemos, como também pela lixeira que é degradante a todos os níveis. Largam tudo no chão, não respeitam os Moradores, tratam-nos mal! A mim, nomeadamente, já me disseram que me matavam! Eu tinha vendedores à minha porta, rodeados de público a comprar sapatos, tendo pedido para saírem dali porque era propriedade privada e o Senhor disse-me que eu tivesse cuidado porque senão era uma mulher morta! Penso que isto é condenável a todos os níveis! O Concelho não é só Sintra, mas também as zonas adjacentes! Nós vivemos numa zona que é Património Mundial e penso que as zonas adjacentes também devem ser tratadas a esse nível. Não tenho mais nada a dizer, porque estou muito nervosa e isto é muito degradante! Gostava que me dissessem se, efectivamente, o Mercado sai dali ou não? Se quem manda são os Vendedores e os Moradores não têm direitos?-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, Manuel dos Santos Cabo, referiu: Queria informar - não esclarecer, porque o esclarecimento já foi dado também a esta Muncipe que aqui falou - que, efectivamente, a Feira de Fanares é um dos graves problemas da nossa Freguesia. Diziam-me que não havia nenhum Partido Político que não fizesse constar no seu Programa o problema da Feira de Fanares! Confesso que nestas eleições ainda não vi os Programas dos vários Partidos, pelo que não sei se consta ou não a questão da Feira de Fanares. Agora, quero informar a Assembleia que, provavelmente, não vai constar, porque o novo espaço está construído, na Tapada das Mercês, para onde, brevemente, está prevista a transferência da Feira de Fanares. Reconhecemos que este problema não é fácil, porque existe uma oposição fortíssima da parte dos Vendedores, interessando-lhes esta situação em Fanares porque é uma zona completamente livre, onde existe um descontrolo nas entradas por parte da fiscalização. Amanhã, vamos fazer uma intervenção no local. Foram distribuídas algumas baías, para serem colocadas amanhã. Os Feirantes da Alameda Afonso de Albuquerque vão ser avisados que a partir do dia 21 têm que ir para a Praceta de S. Rafael e, portanto, têm que libertar essa zona. Claro que isto não significa qualquer situação que tenha a ver com a mudança da Feira para a Tapada das Mercês. Em relação à Tapada das Mercês, porque queremos acautelar todos os problemas, para não dar azo a que sirva à contestação da decisão. Procuramos, portanto, que a Feira correspondesse àquilo que está na lei, isto é, com saneamento básico, que está assegurado com a instalação de WC portáteis. Também já está assegurado o abastecimento de água. E, brevemente - segundo me diz a Câmara, mais 15 dias – o abastecimento de electricidade. Portanto, não há argumentos da parte



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Feirantes, para dizerem que o espaço não tem condições. É evidente que, em cada visita que os Feirantes fazem ao local, eles inventam mais um história! Dizem que quando chover, aquilo vai provocar inundações, enfim! Eu queria que os Senhores Deputados percebessem esta situação! Uma coisa é termos um espaço completamente livre e difícil de controlar as entradas; e outra é termos um espaço regulado, normalizado, com uma entrada e uma saída! Isto permite controlar todas as pessoas e todos os Senhores Feirantes. É evidente que, escusado será dizer, que uma situação destas não interessa aos Senhores Feirantes, que tudo vão fazer para se manterem naquele lugar! Nós temos que fazer muita força para que, efectivamente, o novo espaço da Feira da Tapada das Mercês possa receber os Feirantes, tão breve quanto possível, pondo cobro a esta situação que nós lamentamos que tivesse existido e perdurado em mais de 30 anos. Aproveito para informar, dando resposta a uma outra munícipe que interveio, que a Tapada das Mercês ainda está sob responsabilidade do Urbanizador, sendo que em matéria de espaços verdes essa responsabilidade é da Cintra Urbanizações. A Câmara ainda não fez a recepção dessa obra e, embora esta Assembleia já tenha aprovado esta fase da Urbanização em Novembro do ano passado, ainda não foi resolvida a situação porque a Câmara poderá estar ainda à espera que a empresa responsável faça a requalificação que tem a fazer, e a partir daí é que será recepcionada pela Câmara. Portanto, tanto a Junta como a Câmara pouco podem fazer em matéria de requalificação daquele espaço, pois trata-se de uma situação ainda sob alçada da empresa construtora.-----

--- Foi dada a palavra ao Munícipe Augusto Gabriel Nunes Portela, residente na Rua da Escola de São Marcos, 11 – 11A, em São Marcos, que referiu: O meu nome é Augusto Portela e venho aqui falar na qualidade de Presidente da Direcção da Associação Amigos de São Marcos. E os motivos que me trazem aqui são a sensibilidade social e 542 euros! A sensibilidade social da Câmara Municipal de Sintra foi demonstrada até ao momento, que eu tenha conhecimento, para com a Associação Amigos de São Marcos, através de um apoio financeiro no âmbito do PAFI, no ano de 2009, de 542 euros! Quinhentos e quarenta e dois euros, depositados hoje, ou ontem, foi o que a Câmara Municipal de Sintra concedeu no corrente ano económico a uma Instituição Particular de Solidariedade Social que representamos! Quiçá, a substituição da atribuição de uma viatura e de um apoio para reparação de viaturas, tal como nos foi prometido e diversas vezes reafirmado, pelo Vereador da Saúde e Acção Social! Quinhentos e quarenta e dois euros, foi à falta de melhor, a consideração e sensibilidade social que a Câmara Municipal de Sintra conseguiu para com uma IPSS, que tem como objectivos, consagrados nos respectivos estatutos, o apoio à população idosa, reformados e pensionistas. Quinhentos e quarenta e dois euros é a demonstração inequívoca da sensibilidade social, que a Câmara Municipal, no ano de 2009, na promoção de incentivos a todos aqueles que servem voluntariamente! E, não obstante nesta qualidade de voluntariado, são responsáveis civil e criminalmente, pelas eventuais faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato, que é feito a título gratuito. Abro aqui um paréntesis porque, para irmos para lá,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levamos o nosso carro e, além de ser gratuito, nós temos que pagar as despesas inerentes ao normal funcionamento da Associação, visto que nos temos que deslocar nas viaturas próprias. Quinhentos e quarenta e dois euros, é a sensibilidade social da Câmara Municipal de Sintra pela Associação de Amigos de São Marcos. Significará que a Autarquia em causa não vai dar cumprimento aos compromissos assumidos em Março do ano em curso, na Sede da Junta de Freguesia de São Marcos, no apoio para o arranjo das viaturas e a atribuição de uma viatura nova, respectivamente, para finais de Março e Abril, cujos intervenientes foram o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Presidente da Junta de Freguesia de São Marcos e Presidente da Direcção da Associação Amigos de São Marcos. Espera-se que o argumento para o não cumprimento destas promessas não esteja relacionado com a atribuição de uma verba por parte da Junta de Freguesia de São Marcos, pois esse argumento é muito fácil de ser desmontado! A atribuição da verba que o Senhor Presidente da Junta nos comunicou que iria atribuir, tem a ver com um desejo manifestado por este Autarca, que gostaria de apoiar a Associação num projecto com visibilidade. Essa verba será, portanto, para suportar a quase totalidade dos encargos com a melhoria do logradouro onde se encontra instalada a Associação. Se conheciam a Associação Amigos de São Marcos e se a forem lá ver hoje, está significativamente melhorada, até porque os nossos Autarcas têm lá ido e visto as melhorias, com o trabalho, esforço e dedicação de muitos de nós. Quinhentos e quarenta e dois euros é a sensibilidade social demonstrada pela Câmara Municipal de Sintra, através do apoio no âmbito do PAFI. Significará que a Autarquia não pretende que a Associação Amigos de São Marcos continue com o apoio à população idosa, reformados e pensionistas da Freguesia de São Marcos, designadamente, com os serviços prestados a esta camada da população, concretizada no apoio ao domicílio, no Centro de Dia e numa cantina social que nós temos, significando, com esta actuação, lançar no desemprego doze Trabalhadores actualmente ao Serviço da Associação? Perguntamos: o que vai acontecer aos cerca de 30 utentes a quem prestamos apoio, se se concretizar o fecho da Associação? Esperamos, contudo, que os 542 euros e a sensibilidade social que vimos falando, não passem de um equívoco e que rapidamente seja ultrapassado, a bem do bom senso, da preservação dos serviços prestados por uma IPSS, a todos aqueles que necessitam de apoio, o qual deveria, na nossa modesta opinião, ser prestado pelo Estado. E, finalmente, a preservação do emprego dos doze Trabalhadores que lá prestam serviço e tudo aquilo que representam. Não venho aqui de boa vontade, como calculam, e foi no limite, pressionado por muita coisa! Nós andamos ali há 17 anos a trabalhar e não venho aqui de bom grado. Recordo que tenho tido óptimas referências do Vereador que aqui foquei o nome. Esse Vereador, apesar das divergências de opinião que temos, sempre cumpriu com os objectivos. Espero que até ao final do ano, esta saga da atribuição da viatura, que é essencial e fundamental na prossecução dos objectivos a que nos propomos, designadamente, o apoio ao domicílio das pessoas que mais precisam – podiam ser os nossos pais, avós ou, quiçá, um de nós que aqui está nesta sala, que a qualquer momento pode ter uma doença e precisar do



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apoio de alguma Associação idêntica à nossa - essas viaturas são essenciais para a nossa Associação. Aquilo que vos posso oferecer é uma visita à nossa Associação, para vos mostrarmos o nosso trabalho e o nosso desenvolvimento. Da Câmara, esperamos o integral cumprimento dos compromissos assumidos, que é uma coisa sagrada e, se forem assumidos, dignificam a classe política.---

--- O Vice-Presidente da Câmara, Marco Paulo, Caldeira de Almeida, referiu: Antes de proceder a alguns esclarecimentos, e uma vez que o meu nome foi aqui focado directamente pela intervenção do Senhor Presidente da Direcção da Associação Amigos de São Marcos, queria, porque estamos em fim de mandato, apresentar o meus cumprimentos a todos aqueles que estão hoje aqui presentes e que não fazendo parte das listas aos Órgãos Autárquicos, se despedem destas funções. Da minha parte, o meu reconhecimento a todos aqueles que exercendo funções e não se recandidatam, pela disponibilidade que tiveram. E, certamente, também – julgo que isso é o que norteia todos os que exercem funções de Autarcas nas diferentes realidades municipais e de freguesia – apresentar o meus cumprimentos e dizer-lhes que foi com satisfação e com gosto, mesmo naquilo que diz respeito às contendas que aqui tivemos, ter partilhado estes quatro anos convosco. Relativamente à intervenção do Senhor Augusto Portela, em primeiro lugar quero dizer que o embargo das palavras com que o munícipe expôs a situação, acaba por condicionar a minha resposta. Se é certo que houve uma reunião na Junta de Freguesia de São Marcos, comigo, com o Senhor Presidente da Junta e com o Senhor Augusto Portela, na qual assumi compromissos de intenções de transferências de verbas para a Associação, para essa e para outras, no que diz respeito ao reforço dos transportes, não posso deixar de estranhar, caro Augusto Portela, porque o conheço desde 1993, que o momento oportuno tenha sido, precisamente, este, uma vez que o compromisso, segundo diz, está por cumprir desde Março! Mas vamos sempre a tempo e é preferível, sempre com frontalidade e honestidade nas palavras, se coloquem aqui as situações. Quero dizer que a intenção da Câmara, através do Pelouro das Acção Social, se mantém. Mas também quero dizer que não faria sentido – e foi isso que transmiti aos Serviços Municipais que estão afectos à Divisão de Saúde e Acção Social – estarmos a privilegiar nove Associações no que diz respeito às transferências de verbas para o reforço de transporte, que é necessário e que reconheço, sem termos o conjunto dos apoios a atribuir às Instituições de Solidariedade Social no Concelho e às Cooperativas, que totalizam perto de 200 entidades neste Concelho. Por isso, na última reunião de Câmara, aquilo que fizemos foi aprovar as transferências de verbas para o Programa de Apoio Financeiro às Instituições, que colaboram e que articulam com a Divisão de Saúde e Acção Social. Resolvido este primeiro ponto ao nível das transferências de verbas, passaremos para o compromisso que eu assumi, quer com a Associação de Reformados de São Marcos, quer com outras oito Associações, no reforço de verbas para transporte. Mas quero aqui dizer que, do meu ponto de vista, não faria sentido estarmos a resolver o problema a nove Associações, e esquecer perto de cento e noventa! Primeiro resolvemos o bolo total e agora vamos avançar para aquilo que são compromissos para com nove



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associações. Esse é um compromisso que se mantém. E quero aqui também afirmar que, na última reunião de Câmara, o Município aprovou, do ponto de vista de transferência de verbas para as IPSS e Cooperativas, perto de 480 mil euros. Meio milhão de euros de apoio directo às IPSS! Não fazemos nada de extraordinário, a não ser o que temos vindo a fazer ao longo destes últimos oito anos, a colaboração com as IPSS e com as entidades que têm trabalho próximo das populações na área da deficiência, na área da educação, na área da saúde e na área da terceira idade. Renovo o compromisso, hoje mais público, caro Augusto Portela, sendo certo que as palavras que aqui testemunhou são também uma preocupação que norteia aquilo que tem sido o meu espírito enquanto Vereador desta Câmara.-----

--- Foi dada a palavra ao Múncipe Vítor Manuel Estevão Ferreira Marques, residente na Rua das Padarias, nº 27, em Sintra, que referiu: Os Senhores conhecem o Centro Histórico de Sintra? Conhecem o Palácio Valenças; devem conhecer certamente o Palácio Nacional de Sintra; devem conhecer alguns Hotéis! Felizmente, o Senhor Presidente da Câmara conhece mais! De dia e de noite, também conhecem? Pois eu venho dizer-vos, mais uma vez, que o Centro Histórico parece algo que esquecemos no sótão em 1974! Uma peça única, que não tivemos tempo de recuperar! Eu, mais numa vez, vou tentar aqui dizer porquê, porque infelizmente o Jornal de Sintra fascista, cortou-me a palavra!-----

--- O Presidente da Assembleia interrompeu: Posso pedir-lhe um favor? Não leve a mal! Não é um favor, mas uma exigência! O Senhor tem todo o direito de expressão, de liberdade de dizer o que quiser! Qualificativos políticos sobre alguém, não faz! Olhe, e se fizer segunda vez, retiro-lhe a palavra!-----

--- O Múncipe Vítor Marques continuou: Sim Senhor! Desculpe!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Não é a mim que tem que pedir desculpa! É ao Jornal de Sintra!-----

--- O Múncipe Vítor Marques continuou: E porquê? Porque não é colocado aqui na Vila Velha a chefia certa, sempre para procurar o futuro certo, no lugar de prestígio? Um braço bravo, sensível, a apoiar a Câmara, a Junta de Freguesia, o Turismo, a UNESCO, a GNR, o Palácio Nacional, o Comerciante, o Morador, o Proprietário, a acabar com a falta de contágio num lugar único no Concelho de Sintra, de Portugal e do Mundo? Devido a isso, mais uma vez, em eleições, vamos escolher um *bluff*, uma farsa para o Centro Histórico, que é o Presidente da Junta! O Presidente da Junta de Freguesia tem sido autorizado a pegar ao trabalho em outros lugares menos aqui, como se a Vila Velha estivesse no sótão do esquecimento e tudo tivesse cuidado! Ele tem razão: o Centro Histórico não o quer a ele! E tudo o que aqui está mal, é devido ao facto de não aparecer aqui o seu substituto, que era uma entidade com autoridade de defender todos os recantos do Centro Histórico, e não só alguns! Morreu-se muito em Sintra durante os 50 anos que demorou a consertar os telhados de



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Monserrate, quando todos os dias se destruía o Castelo dos Mouros, o Convento dos Capuchos, o Parque da Pena, antes da chegada da Parques de Sintra – Monte da Lua. Mas também devido à falta de existência de bravura, criada pelo contágio, para defender um lugar fabuloso que é o Centro Histórico de Sintra, que foi morrendo agarrado às ruínas do Hotel Neto; à aldrabice do Velho Hospital de Sinta; à vitória da CDU da Pensão Bristol; ao buraco da Volta do Duche, rodeado de ruínas sem pessoas e sem telhados, que vai de baixo até às Escadinhas do Hospital; mas também se vai morrendo, aqui agarrados aos 4 anos de um mandato de farsa de um Presidente de Junta, que só serve para nos roubar a esperança!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Senhor Vítor Marques, o senhor é um encanto! O senhor merece todo o respeito...-----

--- O Múncipe Vítor Marques referiu: Mas está a acabar...-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Mas não interessa estar a acabar! O Senhor pode falar um bocadinho mais, o problema não é esse! O problema é este: o meu caro amigo tem todo o direito de expor os problemas que quiser, mas não qualificar nenhum Político que aqui está! Porque isso é para os Políticos entre eles!-----

--- O Múncipe Vítor Marques referiu: Mas qual é o Político que eu qualifiquei, Senhor Presidente?-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: O que o Senhor disse, as referências que está a fazer ao Presidente da Junta não são justificáveis!-----

--- O Múncipe Vítor Marques referiu: Desculpe! Este Presidente da Junta foi dos melhores! Eu não estou a criticá-lo! O que estou a criticar é não haver um substituto no Centro Histórico e um Gabinete do Centro Histórico para o ajudar! Só se isto está errado!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Eu não sei o que está errado, mas seguramente o Senhor deve ter lido outra coisa! Agora, por favor, no último dia em que esta Assembleia reúne, não me force a relirar-lhe a palavra, pois eu ficava triste e amargurado!-----

--- O Múncipe Vítor Marques continuou: Brevemente, a Vila Velha, Património Mundial, mais uma vez, vai ser uma vaidade para os Partidos Políticos. Se existisse um bom Gabinete Técnico aqui, o Presidente da Junta deixava de ser gozado na paragem do tempo, que aqui enraiza há muitos anos! O Palácio Nacional de Sintra também, por vezes, se alimenta da mesma acomodação, pois não tem um vizinho forte ao seu lado! Logo, meus amigos, venho hoje aqui dizer que brevemente haverá outro naufrago no mar alto sem bóia, que é o Presidente da Junta no Centro Histórico de Sintra. Mais uma vez, vai aqui aparecer, sem ter sido criado na Vila o caminho certo, com tempo, não é em



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleições! Na Vila Velha, o vencedor – quem vier agora a seguir a Adriano Filipe – só ganhará desprezo, pois vem sentar-se e perceber que Cascais há anos que está a ganhar com a nossa paragem, abrindo as portas ao estacionamento, aos Hotéis, ao Hospital, e a outras obras para receber bem e depressa o turismo que daqui é expulso! A Câmara de Sintra não pode esperar, mais uma vez! E tenho, mais uma vez, que vos dizer e entregar as chaves do Centro Histórico à entidade certa!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: O Senhor sabe o que faz! Felizmente, tem consciência! É bom! Mas, quando vier cá em próximas vezes, compreenda uma coisa: tem toda a liberdade de expressão, mas os termos em que fala sobre outras pessoas, não o deve fazer!-----

--- Foi dada a palavra ao Município Teodósio Maria Alcobia, residente na Rua Bartolomeu Dias, nº 3, em Agualva-Cacém, que referiu: O assunto que me traz aqui hoje tem a ver com a localização da Feira de Agualva. Quero dizer que sou Autarca na Freguesia de Agualva, eleito nas listas do Bloco de Esquerda, e desde o dia 1 de Agosto até hoje não encontrei resposta à pergunta, por parte do Executivo da Junta, sobre o porquê existirem na Freguesia de Agualva três feiras: uma em Colaride e a outra dividida em dois locais! Como é sabido, a Feira de Agualva, há mais de 4 anos, está num local provisório na Quinta do Ulmeiro, no Cacém, mas desde 1 de Agosto se realiza também a Feira no Largo da República. O Largo da República foi requalificado por esta Câmara, onde se gastaram dezenas de milhar de euros, e que a partir de 1 de Agosto tem vindo a ser degradado com a realização da feira nesse local. A razão da minha vinda aqui é porque a Junta de Freguesia de Agualva deu, no dia 6 de Setembro, a informação – penso eu que paga, porque é uma página inteira – num comunicado, onde diz que o Largo da República foi ocupado selvaticamente pelos Feirantes. Eu estive no dia 1 de Agosto no Largo da República, e não havia ordem nenhuma nessa ocupação, não havia Forças de Segurança e, portanto, aquilo foi tudo pacífico! E constatei que, terminado esse Mercado, a SUMA passada meia hora – se tanto, uma hora – vinha fazer a limpeza! Como é que uma Autarquia pode dizer que há uma ocupação selvagem, quando há serviços camarários que actuam após o encerramento desse mercado? Portanto, a pergunta que eu gostava aqui de deixar, é se, efectivamente, sendo da responsabilidade da Câmara a localização do Mercado – as Freguesias, neste momento, é quase simbólico aquilo que podem fazer sobre isso – para quando a resolução da situação do Mercado de Agualva? Os Feirantes têm razão, porque há quatro anos que se encontram a protestar, mas é inaceitável que se tenham gasto dezenas de milhar de euros na requalificação daquele espaço, para as pessoas da Freguesia se puderem encontrar à noite e para as crianças puderem brincar, e agora só indo ver a situação em que se encontra o local, onde se gastaram dezenas de milhar de euros!-----

--- Foi dada a palavra ao Município José Carlos Marques Afonso, residente na Rua Terra da Figueira, nº 41, em Manique de Cima, que referiu: Venho em



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nome dos Moradores de Manique de Cima, solicitar a máxima urgência, numa situação que, infelizmente, já se arrasta há quase cinco anos, que é de uma empresa de produtos químicos, a Herbex. Infelizmente, a Herbex deixou-nos bastante marcas no tempo em que esteve em actividade, sendo uma situação que, provavelmente, até é do vosso conhecimento. A situação arrastou-se ao ponto de que, infelizmente, a fábrica fechou e a situação de existir ou não Proprietário, estar ou não em Tribunal, haja alguém que assuma a responsabilidade do que eles lá deixaram. De facto, constatou-se que em armazém deixaram uma quantidade de bidons – cerca de 100 – de 200 litros, que contêm produtos químicos inflamáveis, utilizados em herbicidas para arrozais. Isto, só por si, já diz da gravidade da situação! O facto da fábrica estar ao abandono, provoca situações dos depósitos começarem a ser corrompidos por vandalismo, ao ponto da libertação de líquidos e gases tóxicos, ter provocado cheiros tóxicos na zona, para quem lá passa e para quem lá vive! Portanto, isto é uma situação de saúde pública. No dia 2 de Março de 2009, a GNR fez um Auto de Notícia, em que deu essa informação directa, quer ao Inspector-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, quer ao Director da Protecção Civil de Sintra. A coisa que mais me espanta é que o jogo da bola de ping-pong entre entidades, a nós não nos interessa! Acima de tudo está a saúde pública das pessoas! Pertencemos ao Concelho de Sintra e, infelizmente, temos sido bastante esquecidos nestas situações. Perante tais factos, os contactos foram feitos directamente para a Protecção Civil, como acabei de mencionar! Foi-me informado que os respectivos serviços não tinham competência na matéria. Quem é que terá? Eventualmente, não serão os Moradores de Manique de Cima que vão ter que resolver o problema! A situação é um barril de pólvora, que está a piorar de dia para dia, o vandalismo aumenta! A situação das instalações abandonadas chegou ao ponto de se tornar uma lixeira a céu aberto. Há pessoas que lá vão despejar entulhos! A situação é bastante grave, Senhor Presidente! Por isso, não me levem a mal ter cá vindo expor a situação, pois é um problema que merece toda a vossa atenção! Uma resolução rápida é o que os Moradores agradeciam que se concretizasse! No Bairro de Manique de Cima, de construção camarária há 17 anos, a via principal foi feita, eventualmente, para acesso dos Moradores. O aumento da densidade populacional em zona urbana e a existência de armazéns industriais nos arredores, têm provocado um grande aumento de tráfego. Há determinadas empresas, nomeadamente, empresas de betão existentes no local, que têm exercido o direito de preferência de desviar o trânsito para dentro do bairro! O Bairro tem 91 Moradias, bastante gente, incluindo crianças que frequentam a Escola Primária lá existente. Temos vindo a alertar a Câmara, no sentido de se limitar o trânsito de pesados, principalmente! Agradecemos também que se diligenciasse na resolução deste problema.

--- O Presidente da Câmara, Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, refreiu: Aproveito, porque tenho que me ausentar e fiz questão de vir cá hoje, apesar do tempo quase eleitoral que já vivemos, para testemunhar a V. Exa, Senhor Presidente, e a todas as Deputadas e Deputados Municipais, a minha



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

satisfação pelos confrontos plurais que tivemos; pelo respeito que alcançamos; pela capacidade da convivência que tivemos, mesmo nas diferenças e mesmo nos momentos mais complexos. Eu acho que o espaço do pluralismo é isto mesmo: cada um de nós não tem certeza nenhuma! A única certeza que pode ter, é que não a tem! E que o pluralismo contemporâneo pressupõe diferentes opiniões! É isso! Conheci muito gente que hoje está aqui na sua última Assembleia Municipal, porque, ou não faz parte de nenhuma lista, ou resolveu, por vontade própria, afastar-se! Para cada um deles e para cada uma das Senhoras Deputadas, os meus votos de que vamos, com certeza, continuar a conviver! A V. Exa, Senhor Presidente, e à Mesa, permitam-me que o felicite pela condução dos trabalhos, pela vivacidade, pelo dinamismo e também pelos confrontos. Isso é muito importante e a sua experiência nesta Assembleia foi um dado que nós todos apreciamos. Quero dar uma nota ao munícipe que falou, na primeira parte da sua intervenção e não na segunda porque, normalmente, nestes tempos eleitorais, como nós conhecemos, os problemas descem ao espaço público! Mas queria dizer, sobre a primeira parte, que a Câmara e eu próprio tomei nota e conta do acontecimento. E, como sabe, o problema é um problema clássico das insolvências, mas conseguimos que na próxima segunda-feira, o Tribunal e o Representante do Tribunal, a GNR e a Protecção Civil de Sintra, se vão deslocar à empresa, e vão selar com soldadura parte da empresa que tem esses produtos. Não se pode fazer mais nada, porque resulta apenas do pressuposto da justiça. O que nós podemos intervir é naquilo que o Tribunal permite. Hoje mesmo, dois Funcionários Municipais, do Departamento de Obras Municipais, entraram num terreno que a Câmara já tinha adquirido, e imediatamente o Proprietário chamou a GNR. Eu próprio que, por mera casualidade, estava no local, tive que servir de intermediário jurídico entre a representante da massa falida, o Cabo e o Soldado da GNR que já queriam notificar pessoalmente os Funcionários, e hoje em dia dá questões muito complexas. Mas queria dizer que a solução foi soldar e, portanto, desencadear os mecanismos no âmbito dos Órgãos de Soberania que são os Tribunais. Eles determinam. Queria dar esta nota da diligência camarária, em articulação com o Tribunal. Nós não podemos fazer mais do que aquilo que fizemos e acompanhar, através da GNR e dos nossos meios da Protecção Civil, aquilo que foi decidido, no âmbito da massa falida! Permitam-me que, entre todos os Senhores Presidentes de Junta, cumprimente particularmente o Presidente Adriano Filipe, que é a última vez que está aqui. Já o conhecia antes de Sintra e vou continuar a conviver consigo depois de Sintra! Isso é o que é mais importante na vida da cidadania: não perdemos os nossos amigos na política! Isso é que é importante! Se a política nos fizer perder amigos, estivemos mal na política e a política não serviu para nos elevarmos!-----

--- O Presidente da Assembleia, referiu: Senhor Presidente, muito obrigado pelas suas palavras. Julgo que a Assembleia, no seu conjunto, teve prazer em cooperar consigo, em vê-lo, em ouvi-lo e em dialogar consigo! O diálogo foi sempre vivo, aberto, e julgo que dele registamos algumas questões relevantes e interessantes para a nossa vida. E não podemos deixar de augurar que a



SINTRA

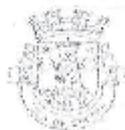
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vida lhe continue bem, a sorrir, a cada um dos presentes seguramente, independentemente da expressão do voto que cada um irá cometer.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Eu julgo que já foi concertada a questão de tentarmos um período bastante alargado, que combinaremos o tempo, juntando o Período de Antes da Ordem do Dia e o Ponto 2 da Ordem do Dia, em que se discuta tudo em conjunto. Mas existe um problema, que eu tenho que colocar, que é o problema da Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra. Como os Senhores Deputados sabem, nós votamos nesta Assembleia os estatutos dessa empresa municipal e que o Tribunal de Contas se pronunciasse sobre esse conteúdo. E, além de remeter a questão directamente para a Câmara Municipal, todavia, solicita à Assembleia Municipal "se, querendo, pronunciar sobre o excerto do Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas". Segunda questão, que vem no próprio Relatório do Tribunal de Contas: "Considera-se à consideração de V. Exa. oportunidade de para os efeitos (...) promover a audição dos Membros Eleitos presentes na referida sessão". Ou seja, no fundo, a Assembleia Municipal voltar a abordar a questão. Eu acho que nós não podemos passar por cima desta questão sem, pelo menos, a consideração de dois elementos: o conhecimento completo do Relatório da Auditoria feita pelo Tribunal de Contas, que eu já pedi aos Serviços da Assembleia o favor de enviarem a cada um dos Grupos Parlamentares; mas, em segundo lugar, em colocar o problema, nós próprios Assembleia Municipal, aos seus Serviços de Apoio Jurídico, no sentido de nos aconselharem o que vamos responder. Ou seja, eu entendo que era justificável, na próxima Assembleia, independentemente de nova legislatura, seja ela qual for, voltar a analisar o problema, com dois elementos: primeiro, um parecer dos Serviços Jurídicos que nos apoiam; em segundo lugar, com a resposta que a Câmara Municipal já deu. Ou seja, perante o Relatório do Tribunal de Contas, perante um Parecer que nos solicitamos aos Serviços Jurídicos, e perante a resposta que a Câmara Municipal já enviou ao Tribunal de Contas, termos elementos suficientes para reanalisar e rediscutir o problema. Esta é a minha opinião, mas é evidente que é apenas uma entre as 53 opiniões que aqui estão! Por isso, eu pedia a todos que, se há alguma discordância, sugestão de alteração ou alternativa ao método que eu indiquei, eu pedia o favor de explicitarem.-----

--- O Líder da CDU, Deputado Miguel Lourenço Carretas, referiu: Senhor Presidente, uma interpelação e um pedido de esclarecimentos. A interpelação vai no sentido de que parece-me que há aqui duas questões diferentes que são colocadas. E este parágrafo que refere: "Coloca-se à consideração de V. Exa. a oportunidade de, ainda para os efeitos acima indicados, promover a audição dos Eleitos presentes na referida Sessão da Assembleia Municipal", não é necessariamente a audição nesta Assembleia, mas, interpreto eu, no sentido de que como há responsabilidades financeiras imputadas a um conjunto de Deputados, os Senhores Deputados se assim o entenderem, pessoalmente,

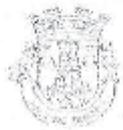


SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

querer responder também o poderão fazer, até porque são pessoalmente imputados. É esta a interpretação que eu tenho deste parágrafo. Esta é uma questão. A segunda questão, que eu não percebi, tendo em conta aquilo que o Senhor Presidente acaba de dizer, discutiríamos alguma coisa sobre isto nesta sessão, ou não. Uma última interpelação, ia também no sentido, depois da discussão dos pontos na ordem em que o Senhor Presidente anunciou, quem quisesse no final fazer uma declaração de encerramento, em três minutos, a ser feita na ordem inversa de votação. É pena nós sermos o segundo, mas enfim! Penso que também faria sentido!-----

--- O Líder da Coligação Mais Sintra, Deputado António Costa Rodrigues, referiu: A este propósito, aproveitando a modalidade de interpelação à Mesa, permita-me, em primeiro lugar, que registre o disparate que é o ofício do Tribunal de Contas. Um disparate jurídico, um disparate institucional e um insulto para esta Assembleia. E quero dizer isto aqui para que fique registado em acta, porque o último parágrafo é uma peça notável! Questionar Membros Eleitos, que a acta não consegue identificar quem eram aqueles que estavam presentes no momento da votação, é um rematado disparate! Questionar a responsabilidade de quem não é identificável, por um órgão que se quer responsável como é o Tribunal de Contas, é um rematado disparate! E, portanto, eu tenho que registar isso, para mais quando o Tribunal de Contas, que se assume como o defensor da legalidade, é o primeiro a cometer uma ilegalidade, quando quer imputar a um órgão colectivo, que não procedeu a uma votação nominal, um conjunto de actos ou uma prática de eventuais ilegalidades. E, por isso, em primeiro lugar, eu não poderia deixar de registar isto, Senhor Presidente! Não estando isto como ponto deliberativo da Ordem do Dia, nós não podemos deliberar neste sentido, mas fica registado para a acta esta minha posição, que se pretende violenta! Dito isto, não me parece que faça sentido que algum Deputado Municipal se possa sentir compelido a ter que se pronunciar individualmente perante o Tribunal de Contas, ao contrário daquilo que, eventualmente, aqui foi sugerido. Porque não pode haver responsabilização financeira nestes termos. Porque não pode haver uma qualquer sombra, ou nuvem, ou acusação, a um órgão colectivo que se pronunciou politicamente, relativamente a uma deliberação de um outro órgão desta Autarquia. É por isso que eu tenho que me sentir violentado, porque este ofício do Tribunal de Contas, sobre um órgão eleito, democrático, é uma espada, em que parece que a partir de agora, esta Assembleia Municipal, ou qualquer Assembleia Municipal do País, para tomar uma decisão e pronunciar-se sobre um determinado documento, das duas, uma: ou assegura antecipadamente que existe um parecer jurídico, e, mesmo esses, todos nós sabemos que são sempre questionáveis; ou tem antecipadamente que solicitar um visto prévio do Tribunal de Contas para se poder discutir o que quer que seja, no conjunto desta Assembleia. Eu acho que isto é inacreditável! Eu acho que isto é, verdadeiramente, inacreditável! Eu tive o cuidado de ler o extracto do relatório e tive acesso à resposta da Câmara Municipal que, aliás, devo dizer que é uma notável peça jurídica, que põe em causa a seriedade daqueles que fizeram o relatório por parte do Tribunal de Contas. Mas devo dizer que, a



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse propósito e quando discutimos essa matéria aqui, independentemente de concordarmos ou discordarmos daquilo que era a proposta – e houve alguns que o fizeram, e bem, discordando e houve outros, como eu, que concordou com a proposta – fizemo-lo num estrito sentido: no sentido da apreciação política, na divergência - nalguns casos isso foi pontuado – ideológica que existia entre Partidos ou entre Grupos Políticos aqui presentes. É extraordinário que o Tribunal de Contas tenha vindo levantar, a propósito da legalidade, olhando para esse mesmo relatório, que afinal o que está em causa, em muitos casos, é uma questão de legalidade, mas é uma apreciação política, quase que ideológica, desta questão! E é essa que eu não posso deixar também aqui de registar. E, por isso, Senhor Presidente, à laia de interpelação, intervenho nesta matéria, ainda para mais quando houve Grupos Políticos que aqui – e está na acta – se pronunciaram relativamente a esta matéria, disseram, com clareza: Não é a legalidade que está em causa, mas sim a divergência político-ideológica desta matéria. E, quanto a isso, entendemos completamente qualquer votação. Agora, pôr em causa a legalidade, numa matéria da forma como é, relativamente a esta Assembleia Municipal e, como digo e repito, para que fique claro, sobre qualquer Assembleia Municipal, é colocar um anátema, é pôr um peso, é criar o receio de se poderem tomar decisões livres, que sejam de pronúncia individual ou colectiva, com clareza, relativamente a propostas que são colocadas à nossa apreciação. Não podia deixar de me pronunciar sobre isto, Senhor Presidente! Se a Mesa entender, uma vez que o ofício também deixa isso à disponibilidade de V. Exa, eu estou na disposição de delegar em V. Exa a posição, quer seja de remeter isto para o próximo mandato, o que me parece que pode ter alguns perigos, porque deixa no ar uma não pronúncia por parte da Assembleia Municipal; ou, atrever-me-ia a propor a V. Exa, que a Assembleia lhe delegasse, que nós seguiríamos a resposta da Câmara, uma vez que ela se pronuncia exclusivamente do ponto de vista da legalidade, e não do ponto de vista ideológico ou político, onde ficou claro que havia divergências, está na acta e é clara a posição de cada um relativamente a esta matéria. E julgo que, nesta matéria também, nenhum de nós mudará a sua posição relativa, quanto à discussão que aqui houve. E, por isto, Senhor Presidente, para que esta Assembleia não fique sem pronúncia, se assim for entendido, eu revejo-me na posição que foi, sublinhe-se, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, sem qualquer reserva, para que fosse assumida por parte da Assembleia Municipal a posição que, juridicamente, a Câmara retorquiu para o Tribunal de Contas.-----

--- O Deputado André Aurélio Marona Beja, do BE, referiu: Esta discussão sobre o Parecer do Tribunal de Contas em relação à privatização de parte do capital da Empresa Pública de Estacionamento de Sintra, é pena que surja neste momento, porque era uma discussão que merecia ser feita atempadamente, sem a pressão dos documentos que chegaram anteontem, sem a pressão das eleições daqui a 15 dias, e sem a pressa de sacudir as responsabilidades! Infelizmente, o Tribunal de Contas veio dar razão ao Bloco de Esquerda e à CDU nas questões que levantamos, aquando da discussão e da aprovação da privatização de parte do capital da Empresa Pública de

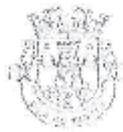


SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estacionamento de Sintra. Uma das coisas que dissemos na altura, foi que esta privatização estava a ser feita sem recurso a concurso público, o que era completamente ruinoso para o Município entregar à GISPARQUES um activo muito valioso por um preço muito baixo. Isto não é uma apreciação política, é mais do que isso: o Tribunal de Contas veio dar razão a esta opinião e pede a esta Assembleia que se pronuncie. O Presidente da Assembleia propõe-nos uma metodologia de trabalho para análise deste problema. Eu coloco-lhe duas questões, Senhor Presidente: a primeira é, havendo eleições e alteração na configuração da Assembleia Municipal, se esta metodologia não choca com esta alteração? E a segunda é se o *timing* de resposta ao Tribunal de Contas não ficará ultrapassado se esperarmos pela Tomada de Posse da nova Assembleia Municipal? Quero deixar-lhe ainda a recomendação de que, seguindo esta metodologia, informe de imediato o Tribunal de Contas que esta metodologia foi adoptada por parte da Assembleia Municipal. Não poderia deixar de lamentar a intervenção anterior do Deputado António Rodrigues, que veio aqui sacudir a responsabilidade dos Eleitos Locais, como se os Eleitos Locais, ao assumirem cargos de eleição, ao assumirem posições públicas, ao estarem aqui em representação das populações, tomando decisões por elas, durante quatro anos, oito ou dezasseis, não tivessem responsabilidades individuais e não tivessem que ser, perante a lei, responsabilizados pelo que fazem! O Estatuto dos Eleitos Locais define a responsabilização individual dos Eleitos Locais. E, neste momento de aperto, em que o disparate está à vista, não devemos fugir a ela.

--- O Presidente da Câmara, Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, referiu: Permita-me, Senhor Presidente, independentemente das questões procedimentais, dizer ao Deputado André Beja que o Relato da Auditoria é apenas um ponto prévio da decisão do Tribunal de Contas, como todos nós sabemos. E, portanto, tanto pode ser o disparate do que foi aprovado na Câmara, como o disparate do Relato da Auditoria! Portanto, na tese bloquista de definir à priori tudo o que convém é bom, e tudo o que é dos outros é mau, queria-lhe dizer: cuidado com os disparates! E vou dizer mais: penso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal distribuiu a resposta que eu próprio fiz ao Tribunal de Contas, articulado com outro grande Jurista português, eu sou um pequeno Jurista português! E vou-lhe dizer que, para mim, este caso vai até ao limite jurisdicional português, porque estou convencido da bondade da decisão que propus à Câmara e foi aprovado pela Assembleia Municipal e estarei disposto a ir até ao fim dessa matéria, discutindo com quem quer que seja! Com o Economista e com o Jurista que estão no Relato do Tribunal de Contas que lhe foi apresentado. E discutindo também perante, se for o caso, não a Secção do Tribunal de Contas, mas o Pleno do Tribunal de Contas, utilizando os mecanismos próprios que a nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas permite, ou seja, ir a julgamento. E esteja à vontade nessa matéria, porque eu irei discutir juridicamente essa matéria até ao fim. Até pelo seguinte: se, na verdade – e deixo de lado a análise política, pois não admitirei também nenhuma valoração política nessas questões – estava tudo tão mal, o Tribunal de Contas só tem que se congratular com esta



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara e com esta Assembleia Municipal! Deputado André Beja, não conheço uma única Câmara em Portugal que tenha feito este tipo de contrato, somos únicos! Mas contratos que o Tribunal de Contas, implicitamente, dá a entender que são contratos de concessão mas não tem a vontade nem a determinação jurídica, por considerar que é fraude à lei com todas as consequências. Por isso é que tiveram cautela. A Cláusula 6ª do Contrato celebrado de Compra e Venda das Acções – expressamente, o Vereador Luís Duque, e muito bem – tem a seguinte epígrafe: “Resolução Contratual”.-----

--- O Deputado André Beja, do BE, fez uma intervenção da Bancada que não se transcreve por inaudível.-----

--- O Presidente da Câmara continuou: Está lá por cautela! Porque o Bloco de Esquerda, noutra Câmara, nestas matérias, não teve a ousadia de meter nenhuma cláusula similar! Não quer que eu lhe dê exemplos, porque já enxotaram o representante do Bloco de Esquerda naquela Câmara! Enxotaram! Mas, como sabe, esses contratos – foram dois – até foram vistos pela Assessoria Jurídica do Bloco de Esquerda! Mas não tiveram a ousadia! Está cá a resolução contratual: “O presente contrato é celebrado com subordinação, como condição ou cláusula resolutiva a ausência por parte do Tribunal de Contas de eventual pronúncia”. Nós, na altura, pedimos ao Tribunal de Contas que se pronunciasse e ele entendeu que não se devia pronunciar. É evidente que se vem a pronunciar numa questão intercalar, de Relato de Auditoria de Avaliação do conjunto das Empresas Municipais de Estacionamento, onde está a de Sintra, a de Lisboa e a de outros lados. Mas eu acrescento: embora não sendo antecipada por qualquer das outorgantes, inviabilize nos termos da lei ou do entendimento de qualquer uma das partes a subsistência daquele. Portanto, Senhor Deputado André Beja, esta cláusula não foi um disparate! Esta cláusula foi uma ousadia contratual feita pela Câmara. E V. Exa pode ter a humildade – de vez em quando diz - ainda bem que houve alguns Juristas que tiveram a ousadia de impor esta cláusula! Última nota: V. Exas estão perfeitamente à vontade! Senhor Presidente, perfeitamente à vontade! Não têm nenhum tipo de problema! A votação na Assembleia Municipal não foi uma votação nominal. E não sendo uma votação nominal, não há nenhum tipo de responsabilidade, que resulte de qualquer Lei Portuguesa, que possa suscitar qualquer matéria. E todos os que votaram – os que votaram a favor, votaram contra ou que se abstiveram – sabiam que a votação não era nominal! E não basta, algum tempo depois, vir chamar disparate a uma coisa que podiam ter desencadeado com cautela! O princípio da responsabilização no Direito Português, é uma responsabilização subjectiva. Implica a imputabilidade directa. Na Câmara isso é indiscutível. Nós todos, aqueles que votamos, o assumimos e iremos até ao fim! Digo-lhe mesmo, irei até ao fim, suscitando questões de conformidade constitucional, que alguns tanto gostam! Mas também lhe digo o seguinte: a peça jurídica de resposta ao Tribunal de Contas merccc scr lida c, já agora, dou-lhe uma nota: mostre-a à Assessoria Jurídica do seu Grupo Parlamentar. Vai ver que em algumas matéria vai ser útil, sabe por quê? Até vai ser útil na construção jurídica de



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segmentos normativos interessantes para a contratação pública actual, para os mecanismos das concessões actuais, principalmente num Partido como o seu, que tanto gosta de concessões na ordem jurídica portuguesa! Citando o Dr. Jorge Coelho: "Eu estou por aí e você ficará por aqui!"-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Eu não queria prolongar esta questão, porque pedi a todos para discutir a metodologia que vamos abordar, e não a essência da questão. A metodologia é a seguinte: eu, quando li este documento, verifiquei que a solicitação que nos estava a ser feita pelo Tribunal de Contas, era a audição dos Membros Eleitos presentes na referida Assembleia Municipal. Percebi isso claramente, o que significava que nós tínhamos que identificar cada uma das pessoas que cá estava dentro e votou. Ora, a votação não foi nominal, não podia ser! Mas o grave é ser requerido! E o que eu queria é que a Assembleia Municipal desse uma resposta política a esta exigência ignóbil do Tribunal de Contas! Quer V. Exas votem a favor, contra, cá estaremos! Não quero é deixar passar uma circunstância destas, incluindo Portugal num Governo da República de Juizes! Não quero! Não admito politicamente! Somos Deputados Eleitos, temos toda a liberdade de o ser! Podemos cometer erros, como toda a gente comete erros e por isso é que há intervenções subsequentes que nos corrigem! Mas não nos imputem autorias morais antecipadas! Não admito isso! E nenhum de V. Exas seguramente o admite também! Por isso é que eu gostava de uma resposta, de uma Assembleia Municipal, que não será seguramente aquela que discutiu este problema, mas será sempre uma com legitimidade política de dizer ao Tribunal de Contas que não é assim que se intervém nesta questão em relação a uma Assembleia Municipal! É assim que – peço desculpa de o dizer – eu quero! É assim que eu penso! E é assim que eu solicito a V. Exas, numa solidariedade de todos os Deputados, perante uma forma suspeitosa como fomos tratados! Colocar aqui uma questão que é dizer "os Senhores Deputados da Assembleia Municipal são responsáveis financeiramente", é uma acusação, é uma vergonha de acusação que eu não admito! Portanto, eu vou discutir isso! Eu vou discutir a questão política que está subjacente ao envio desta carta, e não vou ficar silencioso! Mas não quero ser o único! Quero saber se a Assembleia me acompanha ou não! Requeiro que este assunto venha a uma Assembleia, onde estamos alguns de nós e não estarão outros! Eu respeito as posições ideológicas diferentes! O Deputado André Beja tem razão num ponto: lembro perfeitamente das vossas intervenções, Bloco de Esquerda e CDU, opondo-se por razões políticas fundamentadas a essa questão! Respeito-as, não são as minhas mas são as de outros, igualmente respeitáveis! O que está em causa não é isso, mas um julgamento por outras questões! E eu essas, tenho muita pena, já tenho cabelos brancos suficientes e vida suficiente, para não as autorizar e as consentir! Mas também julgo que muitos de V. Exas, independentemente da idade, de serem todos mais novos do que eu, também não as consentem! É por isso que eu gostava de uma discussão da Assembleia Municipal sobre esta questão! É isso que eu solicito! Mas solicito previamente, com duas coisas: primeiro, a leitura – por isso eu mandei distribuir também – da resposta que a Câmara Municipal dá; segundo, gostaria de estar



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escudado num documento jurídico, não é que me avaliasse a resposta da Câmara Municipal, mas que avaliasse a questão política subjacente que o Tribunal de Contas nos coloca! É sobre isso que eu queria discutir! E sei que isso vai demorar algum tempo e que passaremos para outra Assembleia. Mas é que a questão não se põe em relação a um ou a outro Deputado, mas a um órgão político! E esse, com outros figurantes, com outros eleitos, é sempre um órgão político do Poder Local! É por isso que eu sugeria esta metodologia. V. Exas perdoar-me-ão o ênfase que estou a dar, mas eu fiquei magoado com este parecer! Senti-me magoado e, se calhar, alguns de vocês sentem-se magoados! Porque nenhum de nós, independentemente da opção ideológica e de razões fundamentacionais da opção que tomaram, sabem que a razão legítima não é aquela que é sugerida aqui! Eu isso não aceito! Por isso quero essa discussão a seguir! Por isso eu pergunto: que correcções é que os vários Grupos Parlamentares querem sugerir à metodologia que eu sugeri? Que correcções querem fazer? Que sugestões querem fazer?-----

--- O Líder da CDU, Deputado Miguel Lourenço Carretas, referiu: Eu queria apenas, antes de mais, num primeiro esclarecimento, dizer que eu não me pronunciei sobre se fazia ou não sentido a solicitação do Tribunal de Contas! Eu tentei interpretar este texto, que é – e aí concordamos todos – além do mais mal escrito – refiro-me ao texto do ofício do Tribunal de Contas -, em que não se percebe exactamente o que é que se quer! Agora, duas coisas diferentes: uma questão é nós termos dizer que os órgãos políticos autárquicos não podem ser responsabilizados. Claro que podem! O que não podem e não devem – também concordo e esta é a questão técnica – ser responsabilizados nestes termos! E quero deixar claro o seguinte: a bem, não só da correcção formal, como também da democracia, a CDU, que votou contra, por razões que então teve oportunidade de explicar, recorro que se prendiam por entender que politicamente – posição que mantemos – não fazia qualquer sentido ter uma Empresa Municipal para depois concessionar estas coisas – achamos que isso é um disparate, mas um disparate político! Aliás, propusemos no anterior mandato uma solução para esta Empresa, que passava pela sua absorção pela Câmara. Também não achamos que se devam extinguir todas as Empresas Municipais. Isso é uma coisa! Outra coisa é, nós não nos vamos opor a que, quer a Câmara Municipal – permita-me que lhes diga, na votação que foi por unanimidade na Câmara não estava presente o Senhor Vereador Baptista Alves, mas a CDU abster-se-ia nessa votação - porque entende que a Câmara tem todo o direito de se defender. Portanto, nós não nos vamos opor, como é óbvio, a qualquer solução que permita a esta Assembleia que defenda a sua posição jurídica nesta questão. Aliás, devo dizer que há outra coisa em que concordo com o Senhor Deputado António Rodrigues! Do ponto de vista técnico, que não político, de facto a resposta da Câmara é um tratado! É um texto bem escrito e bem fundamentado tecnicamente. O que nós achamos é que essa questão não é a determinante aqui. Em relação à metodologia proposta, e deixando claro as nossas divergências, que fiz questão de as vir aqui trazer outra vez, até para que fiquem também registadas em acta, parece-me que elas fazem sentido e parece-me o seguinte: que fará sentido, então,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se determine exactamente qual é que é o objecto deste parecer que a Assembleia vai pedir. Porque eu acho que...-----

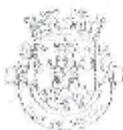
--- O Presidente da Assembleia referiu: Posso interromper? É essencial responder a isso! A minha opinião é muito simples: eu não vou rebater tecnicamente aquilo que o Tribunal de Contas coloca! Não vou fazer uma réplica, que seria sempre mais imperfeita, daquilo que a Câmara fez! Eu vou apenas solicitar um parecer jurídico sobre a forma como politicamente, o Tribunal de Contas coloca a Assembleia Municipal de Sintra, em termos de responsabilidades e da maneira como o faz! Para contestar isso! É uma resposta jurídico-política! Nesses termos apenas e não quanto à essência da questão! Mas quanto à forma em como ela nos coloca e nos confronta perante o problema, de uma forma errada do meu ponto de vista! A política e as respostas políticas, têm sempre um conteúdo jurídico!-----

--- O Líder da CDU, Deputado Miguel Carretas, referiu: Eu acho que nesses termos, fará sentido que esse parecer seja pedido, até porque eu também tinha muito interesse em saber – até estou à vontade porque não estou cá no próximo mandato e até estou à vontade porque votei contra e, portanto, responsável também não sou!-----

--- O Líder da Coligação Mais Sintra, Deputado António Rodrigues, fez uma intervenção da Bancada que não se transcreve por inaudível.-----

--- O Deputado Miguel Carretas continuou: Então eu intervim e tudo! Não se lembra? Portanto, eu até estaria à vontade para isso! Agora, eu tenho, de facto, interesse em saber, até que ponto é que pode ir a responsabilização de um Deputado desta Assembleia.-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Portanto, vamos fazer o seguinte: se nenhum dos Senhores Deputados objecta, vamos solicitar, através dos Serviços de Apoio à Assembleia, um parecer, não sobre o conteúdo daquilo que está analisado, descrito, atacado pelo Tribunal de Contas – que já mereceu uma resposta – mas sobre as partes que dizem respeito a esta Assembleia Municipal, e àquilo que significa a responsabilização dos Deputados perante isso. Agora, essa resposta vem ao conhecimento da Assembleia Municipal, da próxima, porque tem de vir! Isto não é um documento para ficar na gaveta! É um documento para ser legitimado pela própria Assembleia, para ter força política! Porque senão, perante o Tribunal de Contas, não tem força política. E já que eles colocaram a questão no inciso político, a resposta é política. Tem de o ser! Quiseram começar uma guerra, responde-se da mesma moeda e no mesmo terreno! Isto é uma questão muito séria que aqui está! Demasiado séria! Então um Juiz do Tribunal de Contas não sabe que não há responsabilizações individuais em votações destas! Sabem-no, mas quiseram aqui colocar o problema! Essa é que é a questão e eu não admito isso! Eu não admito! V. Exas admitirão, se quiserem! Eu não o faço, nem que proteste sozinho! E não é a questão de fundo que afecta a



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

natureza da questão, mas a forma em como estão a colocar os Deputados Municipais! Não aceito! Já não tenho idade para isso e acho que a nossa honorabilidade não justifica uma coisa dessas!-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- "Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 16.743,00m² a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 11, Secção "G", da Freguesia de Santa Maria e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 02951 da mesma Freguesia)".-----

--- Nos termos do Art. 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e Art. 19º do Cód. Proc. Adm. o Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a admissibilidade desta proposta e a sua inclusão na Ordem do Dia.-----

--- **VOTAÇÃO:** A Proposta foi admitida por unanimidade, sendo referenciada como ponto 13.-----

--- "Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 6m², correspondente a 6 avos indivisos do prédio com a área total de 500m², sito no lugar de Casal de Cambra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Queluz sob a ficha nº 00040 da Freguesia de Belas e anteriormente inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 6944 da mesma Freguesia".-----

--- Nos termos do Art. 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e Art. 19º do Cód. Proc. Adm. o Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a admissibilidade desta proposta e a sua inclusão na Ordem do Dia.-----

--- **VOTAÇÃO:** A Proposta foi admitida por unanimidade, sendo referenciada como ponto 14.-----

--- Ponto 1.a) da Ordem do Dia: **Expediente e informações**.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do Expediente e Informações (**doc. nº 3**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto 1.b) da Ordem do Dia: **Apreciar e votar**:-----

- **Acta nº 06/09 referente à 3ª Sessão Ordinária realizada em 26 de Junho de 2009**.-----

--- **VOTAÇÃO:** Aprovada por unanimidade.-----

- **Acta nº 07/09 referente à 3ª Sessão Extraordinária realizada em 22 de Julho de 2009**.-----



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **VOTAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 1 abstenção.---

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **7** a **14** da Ordem do Dia.---

--- Não havendo inscrições o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.---

--- Ponto 7 da Ordem do Dia: **"Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 100m², sita em Cabriz a confrontar do Norte com estrada, do Sul com Augusto Pedro Mota, do Nascente com caminho e do Poente com Azinhaga e regueiro, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 03749 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo provisório nº P4608 da mesma Freguesia".**---

--- **VOTAÇÃO:**---

--- Votos a favor: 42---

--- Votos contra: 00---

--- Abstenções: 00---

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.---

--- Ponto 8 da Ordem do Dia: **"Rectificar a deliberação tomada na 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 15.05.2009, quanto à área a afectar ao domínio público municipal, a qual será de 449m² e não de 539 m², relativa à parcela de terreno sita na Rua Joaquim Guilherme da Costa Caldas nº 8, 10, 12 e 14, inscrita na matriz predial urbana sob artigo nº 75 da Freguesia de Aqualva e descrita na Conservatória do Registo Predial de Aqualva Cacém, sob a ficha nº 02331 desta freguesia".**---

--- **VOTAÇÃO:**---

--- Votos a favor: 42---

--- Votos contra: 00---

--- Abstenções: 00---

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.---

--- Ponto 9 da Ordem do Dia: **"Rectificar a deliberação tomada na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.06.2009, quanto à indicação da área a afectar ao domínio público municipal, a qual é de 298,75 m² e não de 397,75 m², relativa ao prédio urbano sito na Av. Desidério Cambournac nºs 27 e 29, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 2359 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 01085 da Freguesia de Santa Maria".**---



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 10 da Ordem do Dia: "Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 19, com a área de 204m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 67 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro".-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 11 da Ordem do Dia: "Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno nº 25, com a área de 1.080,00 m², a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 78 da secção P da Freguesia de Rio de Mouro".-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 12 da Ordem do Dia: "Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 44m², sita em São João das Lampas, a confrontar do Norte com Manuel Inácio Gonçalves, do Sul com José Maximiano Carneira de Barros, Nascente com Centro Social e Paroquial de São João das Lampas e Poente com Estrada, descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 07437 da Freguesia de São João das Lampas e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 6129 da mesma Freguesia".-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42-----



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos contra: 00 -----
--- Abstencões: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 13 da Ordem do Dia: **“Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 16.743,00m² a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 11, Secção “G”, da Freguesia de Santa Maria e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 02951 da mesma Freguesia)”**.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42 -----
--- Votos contra: 00 -----
--- Abstencões: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 14 da Ordem do Dia: **“Autorizar a afectação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 6m², correspondente a 6 avos indivisos do prédio com a área total de 500m², sito no lugar de Casal de Cambra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Queluz sob a ficha nº 00040 da Freguesia de Belas e anteriormente inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 6944 da mesma Freguesia”**.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 42 -----
--- Votos contra: 00 -----
--- Abstencões: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 6 da Ordem do Dia: **Autorizar a adesão da Câmara Municipal de Sintra à Associação Regional dos Hoteleiros da Costa do Estoril, Sintra, Mafra e Oeiras – ARHCESMO**.-----

---O Deputado André Aurélio Marona Beja, do BE, referiu: A proposta da Câmara que é enviada a esta Assembleia é para que seja dada autorização à Câmara para aderir à Associação Regional dos Hoteleiros da Costa do Estoril, Sintra, Mafra e Oeiras. Ao ler a proposta da Câmara, achamos interessante a Câmara pertencer como cooperante a uma Associação deste género. Mas ficamos sem perceber que obrigações e responsabilidades é que esta participação trazem à Câmara. A única coisa que ficamos a perceber, depois de ler a oferta de adesão que foi enviada pela dita Associação à Câmara, é que, independentemente da actividade da Associação e da sua importância



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

– não coloco isso em causa – é que a Câmara se vai comprometer – embora não esteja escrito na proposta que a Câmara nos envia – com uma renda anual de 6 mil euros para com esta Associação. Não há nenhum protocolo de intenções associado, pelo menos que tenha sido entregue à nossa Bancada, a esta adesão. Nós não compreendemos como é que isto pode ser feito assim! Entendemos que é importante que a Câmara participe em organismos como este, para promoção do turismo e para o desenvolvimento local, mas achamos que deveria haver mais clareza nas propostas que são feitas e um pouco mais de compromisso. Falamos de uma verba, que não sendo muito elevada, também não é pequena! Já tivemos aqui o Presidente de uma IPSS que trabalha neste Município, que nos deu em conta a verba que a Câmara este ano lhe destinou, com muito mais burocracia, com muitos mais prazos e com muito mais exigências em termos de compromissos, naquilo que essa IPSS tem para dar ao Município, o que é correcto. O Bloco de Esquerda não poderá votar favoravelmente esta proposta, a não ser que nos seja dada mais informação.

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 39

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 03

--- Esta proposta foi aprovada por maioria.

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 5 da Ordem do Dia: **Autorizar a isenção subjectiva temporária, relativamente à taxa prevista no artº 64º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, abrangendo todos os comerciantes concessionários de espaços no Mercado Municipal de Rio de Mouro, enquanto durar a obra de remodelação do mesmo, com a duração previsível de seis meses.**

--- O Líder do PS, Deputado Paulo Jorge Duarte Marques, referiu: Só uma nota, mesmo de rodapé! Eu até estava a pensar que era a CDU que vinha fazer esta nota de rodapé mas, não havendo ninguém da CDU, decidi ser eu mesmo, porque geralmente são eles que falam dos mercados! Portanto, a feliz ocasião de período pré-eleitoral com que a Câmara resolveu brindar – e bem, digo eu! – estas pessoas que estão num Mercado que entrou em obra, por acaso conduzido por um tal Vereador que agora merece capas de jornal, de publicidade clandestina sobre mercados, eu estava à espera que a CDU viesse aqui dizer: “Não se intervém nos Mercados!”. Portanto, esta proposta da Câmara vai ter a nossa concordância, no sentido de isentar, de modo temporário enquanto as obras decorrem, estas pessoas. Espero que a Câmara, obviamente, tenha oficiado as pessoas e não tenha feito como está a fazer com



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas renovações de licenças de horário, estando agora a mandar em Setembro uma carta com data de Março, dando nota que a Tabela de Taxas não foi aumentada!-----

--- O Presidente da Câmara, Fernando Jorge Loureiro do Roboredo Scara, referiu: A proposta que agora vem à Assembleia Municipal resultou, como o Deputado Paulo Marques sabe, de um compromisso assumido pessoalmente pelo Vereador Domingos Quintas, enquanto titular das finanças. Portanto, nós fazemos questão que os compromissos pessoais, partilhados comigo e com o Vereador Domingos Quintas, sejam assumidos pela Câmara. É isso que fizemos e que nunca deixarei de fazer, porque eu partilho responsabilidades e assumo compromissos! Não fujo!-----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 40-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 4 da Ordem do Dia: **Apreciar e votar o aumento dos Fundos Próprios do Município em 7.703,00€ em consequência do registo dos bens em falta no Balanço Inicial de 01.01.2002 (bens imóveis de domínio público).**-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 40-----

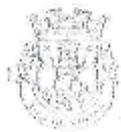
--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 2 da Ordem do Dia: **Assuntos de interesse municipal relevantes e urgentes, nos termos do nº 3 do artigo 45º do Regimento.**-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político da CDU, titulada "Moção em Defesa do parque Cultural e Natural de Colaride" (doc. nº 4).-----



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- A Deputada Maria Emilia Valadas Lima Infante, do PS, procedeu à leitura de Moção, subscrita pelo Grupo Político do PS, relativa aos atentados de 11 de Setembro de 2001 (doc. nº 5).-----

--- O Deputado André Aurélio Marona Beja, do BE, referiu: Farei uma pequena intervenção sobre as duas Moções em discussão, dando a posição do Bloco de Esquerda, e também uma nota pessoal. A questão que a CDU traz novamente a esta Assembleia, sobre a preservação de Colaride e sobre a necessidade de constituição do Parque Natural de Colaride, é uma questão que tem preocupado muito o BE, tal como a CDU, e esta Assembleia que já se posicionou várias vezes sobre ela. Infelizmente, a zona de Colaride continua a ser atacada diariamente pelos interesses de quem não quer preservar o espaço natural e quer fazer dali uma zona para o seu lucro fácil. Continuamos sem compreender como é que a Pedreira de Rocannes ainda está a ser enterrada por camiões de terra e de entulho, com uma suposta autorização passada pela CCDR que viola o Plano Director Municipal de Sintra e nada parece ter sido feito para ser parado! Iremos aprovar esta Moção com certeza, pois estamos plenamente de acordo com ela. Sobre o 11 de Setembro, dizer-vos que esta é uma data muito importante, e como diz a Moção do PS e disse a Senhora Deputada Emilia Infante, marcou uma viragem na nossa história! Infelizmente, marcou também um conjunto de guerras que se lhe seguiram! Guerras baseadas em mentiras, guerras supostamente feitas em nome da liberdade e da democracia, que trouxeram mais violência, mais intolerância, mais totalitarismo e mais terror ao Mundo! Lamentamos que assim tenha sido e que a memória das vítimas do 11 de Setembro seja ofendida dessa maneira! Lançamos a esperança num Mundo melhor! Supostamente os atentados do 11 de Setembro foram movidos por um credo religioso. É curioso, porque das três Religiões do Livro, a Religião Muçulmana é, talvez, aquela que nos seus princípios é mais tolerante! Infelizmente, houve quem dela fizesse outra leitura e fizesse disso argumento para o que se vê! Falamos de fanatismo, intolerância, totalitarismo, violência de terror e lembramo-nos do 11 de Setembro de 2001! Mas não podemos esquecer o 11 de Setembro de 1973, quando o Presidente Allende e o regime democrático do Chile foram esmagados! E foi em nome do fanatismo, da intolerância, do totalitarismo, da violência e do terror, que um sanguinário regime foi imposto à população do Chile, causando milhares de vítimas e milhares de desaparecidos! Lembraremos também as vítimas do 11 de Setembro Chileno!-----

--- O Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes, do PS, referiu: Uma nota muito breve relativamente à Moção do PS sobre a evocação do 11 de Setembro e um esclarecimento, que espero definitivo, relativamente a estas questões, ao Bloco de Esquerda e ao Senhor Deputado André Beja. A Moção do PS faz questão, se a ler com atenção, de não fazer distinção, nem de religião, nem de credo, nem de raça! O que nós estamos a evocar é a memória das vítimas. E, dentro dessas vítimas, certamente que estariam também Muçulmanos, Cristãos, Ateus e, eventualmente, até simpatizantes de ideologias extremistas, como a de alguns Partidos que se arrogam de tanta



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tolerância! Relativamente ao que referiu no Chile, estamos plenamente de acordo. Para nós essa situação também é de lamentar, e não duvide por um momento! Porque se há Partido que em Portugal sempre defendeu a democracia e a liberdade, contra qualquer extremismo, não apenas de direita, mas também de esquerda, foi o Partido Socialista! E peço-lhe desculpa, se calhar é uma coisa que já ouviu várias vezes e vai dizer que não era necessário, mas é necessário repetir que nós não aceitamos lições da defesa da democracia e da liberdade, muito menos, às vezes, de quem em determinados momentos não o fez! Portanto, relativamente à questão do Chile, estamos plenamente de acordo! O Bloco de Esquerda pode apresentar uma Moção, se assim o entender, relativamente ao que se passou no Chile ou noutra País qualquer! As vítimas, para nós, são todas as pessoas que estavam dentro daqueles edifícios, naquele dia. E é em memória dessas vítimas que viemos apresentar esta Moção. Não a instrumentalize, por uma vez! As guerras que vieram depois, é verdade! Olhe, eu estive em muitas manifestações dessas, contra a guerra! E sabe quem é que estava ao meu lado muitas vezes? O José Sócrates, veja lá! O malandro e grande ditador que agora governa o País! Estive em muitas dessas manifestações contra a guerra no Iraque!-----

--- O Deputado André Beja, do BE, fez uma intervenção da Bancada que não se transcreve por inaudível.-----

--- O Deputado António Luís Lopes, do PS, continuou: O Senhor Deputado sabe o que eu quero dizer com isso! Não caricature! E fica-lhe mal, até enquanto candidato a Vereador... peço desculpa, como candidato a Presidente de Câmara, fica-lhe mal esse tipo de apartes! Sabe o que eu quero dizer! Portanto, é só para esclarecer isto: a Moção é em memória das vítimas. Peço-lhe um favor: respeite essa memória!-----

--- O Deputado André Aurélio Marona Beja, do BE, referiu: Senhor Presidente, pedi a defesa da minha honra, visto que não me deu a palavra noutra circunstância, para esclarecer que nem eu nem o Bloco de Esquerda, Partido que surgiu há 10 anos, alguma vez defendemos regimes extremistas! Eu, pessoalmente, nunca o fiz, de certeza! Há quem o tenha feita, com certeza! Já fizeram a sua progressão, o seu avanço, a sua aprendizagem, a sua leitura da realidade! O Muro já caiu em muito sítio! Portanto, Senhor Deputado, não me revejo nas suas palavras! Parece que o Partido Socialista está nervoso! E fica nervoso que às palavras de consenso que eu trouxe aqui a esta Assembleia e à minha interpretação e do Bloco sobre o 11 de Setembro, tenha uma reacção despropositada! Senhor Deputado, não fiquem nervosos! Estamos de acordo com o conteúdo da vossa Moção! Acrescentamos a nossa leitura, que é perfeitamente legítima e pusmos outros elementos a discutir, nomeadamente, a questão de haver uma religião que foi diabolizada em nome do 11 de Setembro, em nome desta barbaridade! Estamos de acordo com a homenagem às vítimas do 11 de Setembro e às suas Famílias, e não deixaremos de lhes prestar o tributo, a essas e às outras!-----



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O Líder da Coligação Mais Sintra, Deputado António Costa Rodrigues, referiu: Falando das Moções, quero congratular o aparecimento das duas! Naturalmente que apoiaremos as duas, com o sentido que elas encerram, exclusivamente! Ou seja, estaremos sempre disponíveis para discutir e apoiar soluções que visam melhorar o ambiente onde as pessoas vivem. E é nesse sentido que votaremos favoravelmente a Moção da CDU. A Moção é clara e, portanto, não vale a pena estar a discutir mais. Queria pronunciar-me também sobre a Moção do Partido Socialista e, como dizia, congratular o PS por ter apresentado essa Moção nos exactos termos em que a fez. Porque não visa trazer para aqui questões políticas nem ideológicas, mas apenas e só marcar a relevância do dia. E devo dizer – quem me conhece sabe – que eu nasci em Nova Iorque. E, portanto, eu sinto isto como uma agressão à Cidade onde eu nasci, para além da agressão às pessoas que, não só morreram naquele dia, como a todas as famílias. E entendo que qualquer acto deste género, independentemente das suas motivações – aliás, repudio juntar qualquer religião a um acto deste tipo, porque um acto de fanatismo nunca pode ser praticado em nome de uma religião que seja – não pode deixar de merecer a nossa reflexão, o nosso pensamento e a oportunidade de termos aqui um minuto para, eventualmente, podermos pensar sobre actos deste tipo. Volto a dizer, congratulo o PS por ter apresentado esta Moção nos exactos termos em que o fez e, para além da minha Bancada, tem seguramente o meu maior empenho e apoio neste tipo de situações.-----

--- O Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, subscrita pelo Grupo Político da CDU, titulada “Moção em Defesa do parque Cultural e Natural de Colaride” (doc. nº 4).-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- A Moção foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, subscrita pelo Grupo Político do PS, relativa aos atentados de 11 de Setembro de 2001 (doc. nº 5).-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- A Moção foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foi cumprido um minuto de silêncio em memória das vítimas dos atentados de 11 de Setembro de 2001.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 3 da Ordem do Dia: **Apreciar a Actividade Municipal.**-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Deputado Adriano Caetano Filipe, referiu: Hoje não venho falar da falta de esgoto doméstico em

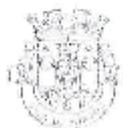


SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Janas, para o qual os SMAS não tiveram capacidade para resolver nos oito anos, e também não venho aqui falar da falta de esgoto na Vila Velha. Também não venho falar da degradação da rede viária da Freguesia de São Martinho devido às intervenções constantes por parte dos SMAS, dos Urbanizadores, da Lisboaagás ou da EDP. Hoje, porque é a última vez que venho aqui falar na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, venho agradecer a todos, quanto ao longo de 12 anos me ouviram, com as minhas mágoas, com os meus reparos, ou com os meus pedidos. À Dra. Gabriela Amaro; à Isabel Gil; à Mafalda Ribeiro; ao Luís Filipe Tomé; à Elsa Maria António; e ao José Filipe Ribeiro, todos funcionários do Secretariado desta Assembleia Municipal, o meu reconhecimento pelo vosso brio profissional e um obrigado pelo apoio e por tudo o que fizeram em prol da minha Freguesia. Ao Coordenador e aos Colegas da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil desta Assembleia Municipal, à qual pertenci neste último mandato, o meu reconhecimento e agradecimento pelo empenho que todos tiveram nas reuniões que se efectuaram. A todos os Senhores Deputados Municipais, o meu agradecimento e reconhecimento, pela elevação nas suas intervenções que sempre tiveram na defesa dos superiores interesses do meu Concelho e, por vezes, da minha Freguesia. Finalmente, ao Dr. António Rodrigues pela intervenção que fez contra o encerramento da Escola EB1 de Janas ao Senhor Presidente da Assembleia pela intervenção que teve junto da Administração do Hotel de Seteais, repudiando a atitude desta para comigo, pela proibição que me fizeram ao não permitir a minha entrada como Presidente da Junta de Freguesia nos Jardins do Hotel de Seteais, quando os mesmo se encontrava em obra. O meu obrigado a todos!-----

--- O Deputado José Pereira Lopes, da Coligação Mais Sintra, referiu: No final deste mandato, não podia deixar, de forma muito sucinta, de fazer um pequeno balanço de tudo aquilo que me foi dado verificar neste Concelho e também da vivência que tive aqui nesta Assembleia Municipal. Foi uma experiência – já tinha participado noutra Assembleia Municipal do meu Concelho de nascença, Idanha-a-Nova – muito enriquecedora. Houveram debates vivos. Todos os Grupos Parlamentares, de uma forma ou de outra, se empenharam com propostas que pudessem servir mais e melhor o nosso Concelho. Mas não posso deixar de referir aqui o papel que a minha Bancada teve no apoio dado ao Executivo, para que Sintra fosse recolocada no mapa, o Concelho de Sintra tivesse a expansão que teve em vários domínios: no domínio das rodovias; no domínio da cultura, com centenas de iniciativas, bastando consultar os vários relatórios para se verificar esta situação; no domínio do ensino; no âmbito social. Verificamos que, de facto, valeu a pena ter apoiado este Executivo. Tê-lo até estimulado para fazer mais e melhor! Por isso, nesta hora, congratulando-me com tudo isso, quero, a todos aqueles que participaram nesta Assembleia e aos que vão sair, deixar aqui uma palavra de incentivo e de entusiasmo, para prosseguirem como o fizeram até aqui, na luta pela melhoria da qualidade de vida, pelo desenvolvimento e pelo progresso do Concelho de Sintra. Obrigado a todos!-----



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU, referiu: Bem sei que esta é a nossa última sessão, mas eu tenho algumas questões que consideramos importantes, aliás, questões que eu já coloquei aqui nesta última Assembleia Municipal e outras que já coloquei por diversas vezes, sem que a Câmara ou o Senhor Presidente da Câmara nos tenha esclarecido. Em primeiro lugar, e com particular relevo, queria colocar o problema em que se tornou o projecto da Casa das Selecções. Um projecto que, como todos sabemos, teve desde o início todo o empenho do Senhor Presidente da Câmara. A "obra" há muito tempo parou, e recentemente a Junta de Freguesia de Almargem do Bispo denunciou o contrato estabelecido com a Federação Portuguesa de Futebol e com a Câmara Municipal de Sintra, pretendendo reaver os terrenos que lhe pertencem, dado o incumprimento do acordo por parte da Federação Portuguesa de Futebol. Note-se que a obra deveria estar concluída no ano de 2006! Também sabemos que a Câmara Municipal de Sintra acordou, em financiar aquele projecto com 3,5 milhões de euros. Temos, portanto, e muito naturalmente que perguntar: A Câmara Municipal de Sintra já avançou com alguma verba para aquele projecto? O que vai fazer a Câmara Municipal perante a decisão da Junta de Freguesia de Almargem do Bispo? E, já agora, quem vai suportar os custos com o investimento feito até este momento? Espero que a Câmara nos possa hoje esclarecer porque, da última vez, de facto, não respondeu! Uma outra questão tem a ver com a deposição continuada de entulhos, do tipo blocos de cimento e afins, na zona da Cabrela. De facto, o que se passa e pode ser constatado pelo teor da resposta do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território a um requerimento do PCP, é que os locais são identificados e se não são licenciados faz-se o levantamento do respectivo Auto de Notícia. Mas, medidas concretas para evitar estas recorrentes deposições, dessas não há conhecimento! Muito telegraficamente, quero relembrar também que se mantém por resolver o problema da segurança e da falta de casas de banho das Estações da REFER da Linha de Sintra, nomeadamente, na Portela de Sintra e Mem Martins. E, por último, a questão das arribas das Praias de Sintra. Para que se minimize a possibilidade de ocorrerem situações como aquela que, infelizmente, ocorreu na Praia Maria Luisa no Algarve, e, porque não se pode imputar a responsabilidade aos fenómenos naturais, sendo que as arribas situadas entre a Praia das Maças e as Azenhas do Mar, as arribas da Aguda e as arribas de Magoito se encontram com perigo de derrocada, nós entendemos que é importante que a Câmara nos esclareça: primeiro, sobre o andamento do Plano de Pormenor da Praia das Maças; do Plano de Pormenor da Praia Grande; e do Plano de Pormenor do Pedregal. E, sobretudo, que se assegurem medidas preventivas em relação à zona das arribas. Também achamos importante que a Câmara exija uma rápida intervenção do Governo, para que a Protecção Civil sinalize devidamente todas as zonas críticas, garantindo assim uma maior segurança aos utilizadores das Praias em causa. Por último, quero deixar aqui um lamento! É pena que termine assim, mas não posso deixar de lamentar, que não tenhamos aqui discutido a problemática da TratoLixo, muito embora a CDU aqui tenha proposto diversas vezes o agendamento de um ponto que permitisse uma discussão alargada e que pudesse esclarecedora, no que



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeita à recolha e ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos do nosso Concelho.

--- O Vereador Luís José Vieira Duque, referiu: Apenas algumas palavras sobre a questão da Casa das Selecções, que ainda hoje veio na imprensa e já sei que vai ser motivo para os próximos dias! Gostava de esclarecer aqui quatro coisas, muito rapidamente: a primeira, este empreendimento foi algo de muito concertado dentro desta Câmara. E não há dúvida nenhuma que reuniu a boa vontade de todas as Forças Políticas. Foi um empreendimento muito desejado e muito apoiado. Em segundo lugar, também é público que tem sofrido alguns atrasos – e os motivos e causas também são conhecidas – o que levou que até agora, embora já se tenham realizado algumas obras, ainda não esteja construído o complexo. Também houve vontade, até porque todas as partes envolvidas – a Câmara, a Junta e a Federação – têm reconhecido que se mantém a vontade de prosseguir, por um lado; têm reconhecido que existiram dificuldades que têm atrasado, por outro; e nunca ninguém se lembrou de rescindir o que quer que seja em relação ao protocolo inicialmente assinado! Mas foram dados alguns passos daí para cá! Não houve só um protocolo, mas houve vários subsequentes. E a Câmara, de acordo com as suas obrigações – eu falo um pouco mais do que a parte que me competia, porque o Senhor Presidente me confiou – fez trabalhos, a começar pela via que está pronta, até ao trabalho de remoção de terras, de terraplanagens, de limpezas, de levantamentos topográficos. E, se quiser, nesta altura, a Federação pode entregar o projecto e começar a construir. De lá para cá, também é do conhecimento público que houve uma proposta que foi à Câmara – e eu penso que veio também à Assembleia Municipal – de contrato-programa com a própria Federação, e nesta altura está ainda a ser melhorado e negociado com a própria Federação, desde 2008. Há correspondência trocada com a Federação, portanto, é um processo que para nós não está encerrado – está longe de o estar – e continuamos todos com vontade que prossiga e que a obra se realize em Sintra. Mas também lhe digo que, se por qualquer motivo, não puder ser construído ali, não damos por mal empregar, os terrenos que tivemos que comprar. Logo no início descobrimos que havia ali alguns achados arqueológicos de grande relevância que tinham de ser preservados e, em vez de mandar um balde de cimento, nós resolvemos preservá-los, chamando os Técnicos do IPA e os nossos Arqueólogos também. Houve necessidade de reformular o projecto da própria Federação e de comprar novos terrenos, tendo iniciado um novo período de negociações, com aprovações na Câmara e na Assembleia Municipal. Portanto, há aqui um sem número de acontecimentos que fizeram dilatar no tempo e atrasar todo este empreendimento. A própria Federação também nunca manifestou a vontade de desistir do projecto em Sintra. A Câmara também não. Penso que, de certa forma, a decisão da Junta tem o valor que tem nesta altura! Penso que, politicamente mais ou menos irrelevante! Nós estamos em fim de mandato e esta questão vai-se passar no mandato seguinte. Mas também nós já tivemos uma contrariedade, ao perder uma série de hectares que ficaram afectos aos achados arqueológicos, tivemos que comprar mais. E, se no início, os terrenos da Junta de Freguesia eram



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerca de 60% do empreendimento, hoje não chegam a 30%! Portanto, se algum mal daí viesse, também o resolveríamos com certeza! Neste momento, mantém-se a vontade firme na Câmara de avançar com o projecto da Casa das Selecções, apesar de todos os incidentes que aconteceram. Mantém-se a vontade da Federação – não conhecemos outra – de avançar. Pela nossa parte, podemos receber amanhã os projectos para começar a ser construído. E também lhe digo que, se eventualmente não for para a frente por qualquer causa ou vontade de uma das partes, também temos destino para o terreno e tudo o que foi lá investido não será perdido. Nesse aspecto, serão defendidos os dinheiros do Município.-----

--- A Presidente da Junta de Freguesia de Monte Abraão, Deputada Maria de Fátima Cristelo Campos, referiu: É pena não estar aqui o Senhor Presidente da Câmara, mas os Senhores Vereadores com certeza que tomarão em boa conta o que eu vou dizer. Há perto de dois meses foram instalados novos contentores nas nossas Freguesias, não sei se em todas, mas na Cidade de Queluz foram! Temos recebido imensas reclamações, porque foram suprimidos alguns, porque estes novos contentores têm a mesma capacidade de três dos antigos. Foram retirados alguns, em ruas que tinham 5 ou 6 contentores dos antigos, agora só têm 3 dos mais modernos, o que obriga a que algumas pessoas, com alguma dificuldade em deslocar-se, os mais idosos, tenham que se deslocar a uma maior distância para deitar o lixo! Isso faz com que a maior parte delas não vá sequer ao contentor, deixando ficar o lixo nos locais onde estavam os anteriores contentores! Há uma outra situação, que é também a localização dos novos contentores. A maioria deles não cabe nos anteriores cais, acontecendo que estão a ocupar lugares de estacionamento. A Freguesia de Monte Abraão, com a enorme carência que tem de lugares de estacionamento, está num caos, como se pode imaginar! Uma situação bastante grave também é na Urbanização da Cidade Desportiva, onde havia contentores de lixo ao longo da avenida principal da Urbanização, que foram retirados na sua grande maioria, estando concentrados pouco mais do que quatro contentores de lixo, o que causa bastantes constrangimentos àquela população. Vinha aqui pedir ao Executivo Camarário que fosse rapidamente revista essa situação para que – parece-me que não vão ser construídos novos cais de contentores – se reavaliasse a localização dos actuais e ocupassem lugares de estacionamento.-----

--- O Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes, do PS, referiu: Sendo esta a última sessão da Assembleia Municipal neste mandato, é óbvio que o ponto relativo à Apreciação da Actividade Municipal carece de um enquadramento ou de um balanço mais genérico. Sem prejuízo da intervenção que o PS certamente fará nesse sentido, eu gostaria, no âmbito da Apreciação da Actividade Municipal, de destacar alguns pontos, em jeito de balanço, do que foram efectivamente estes oito anos de mandato da maioria de direita, liderada pelo Dr. Fernando Seara. É curioso que já estamos em tempo de pré-campanha, para não dizer que já estamos em plena campanha, reparei que o Dr. Fernando Seara tem um vídeo de campanha no seu site, onde aparece



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na Peninha reflectindo e dizendo que é uma zona onde costuma ir para reflectir sobre as questões de Sintra. E eu penso que ele tem toda a razão em escolher a Peninha, não só por ser um sítio realmente muito bonito, mas porque vistos lá de cima, os problemas de Sintra desaparecem! Portanto, eu também escolheria aquele sítio, não só para reflectir, mas também para não olhar muito para os problemas que, ao fim de oito anos, permanecem! Gostaria apenas de dar alguns exemplos, e não vou falar das Ciclovias nem das Piscinas Municipais! Vou falar de outros exemplos, infelizmente para nós, porque, obviamente, antes de ser Deputado Municipal eu sou Cidadão deste Concelho há mais de quarenta anos e, portanto, eu gostaria muito de poder elogiar alguma obra! Seria sinal que eu, enquanto Cidadão do Município de Sintra, teria beneficiado alguma coisa nestes oito anos, com estes dois mandatos. Infelizmente, não é verdade! Rememorando um pouco: Revisão do PDM – desde 2002. O Dr. Fernando Seara, em 2002, dizia: “Vamos acolocar a revisão do Plano Director Municipal, para desenvolver e cativar população para a zona rural do Concelho”. O que é que aconteceu? Nada foi revisto e o processo nem sequer se iniciou! Habitação para Todos – Revista Municipal, também em 2002: “A Câmara de Sintra estava a avaliar as hipóteses de promoção, para venda e arrendamento de fogos a custos controlados, para Jovens e Famílias Monoparentais”. O Executivo não criou nenhuma política de habitação, nem sequer em particular, para os Jovens, como aqui era indicado! Oito anos! Não vale a pena também falar da Casa das Selecções, que aqui já foi referido e o Senhor Vereador já teve ocasião de dar algumas explicações, mas é mais um projecto que ficou pelo caminho! Mas temos aqui bem próximo um outro exemplo, que é o estacionamento no Centro Histórico. Havia um projecto – não vou discutir se era mau ou bom, essa discussão foi feita na altura – e o que é certo é que esse projecto morreu! E foi garantido que, rapidamente, iria haver uma alternativa de estacionamento. Aliás, até foi apresentada uma Proposta de Recomendação à Câmara para que reavaliasse a situação no prazo de 90 dias e apresentasse uma solução alternativa. Bem, noventa dias multiplicados por muitas vezes! Realmente, solução – zero! E o Centro Histórico, como é óbvio, e todos nós temos consciência, precisa de uma recuperação urgentíssima! Mais alguns exemplos da actividade destes dois mandatos: Educação - construção – pasme-se! – de 2 Escolas! Por vezes, quando falo com pessoas de outros Concelhos, quase que tenho vergonha de referir este número, para não dizer que tenho vergonha de referir este número, mesmo não pertencendo a este Executivo! Se pertencesse, ou à maioria Mais Sintra ou a este Executivo, acho que nem sequer conseguiria articular este número! Duas Escolas! A Escola de Monte Abraão foi uma realidade apenas em 2007. Entre 2005, que foi a data em que se começou a dizer que se iria construir, e 2007, decorreram dois anos em que nada aconteceu e, mesmo assim, saiu-nos os problemas que lá aconteceram recentemente! A Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Varge Mondar, continua por inexistir, como é óbvio! Mais um ou dois exemplos, para não vos fatigar muito, mas é importante que, nesta altura, possamos fazer um pouco este balanço. Agora falou-se muito na Sintra Romântica. De repente, a maioria de direita descobriu uma nova marca para Sintra! Aliás, descobriu que Sintra era romântica, que foi uma coisa que me



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

surpreendeu, pois eu achava que isso já estava descoberto há muito tempo! Mas, de repente, fez-se aí mais uma festa, mais um beberete, por causa da marca de Sintra Romântica! Bem, mas nós perdemos uma outra marca. Perdemos essa marca, em 2004, quando Sintra desapareceu dos Roteiros Turísticos. Sintra, realmente, tinha uma marca turística, que era a marca "Costa do Estoril – Sintra" que passou a denominar-se "Lisboa – Estoril". Tudo bem, foi em 2004! Já nem vou falar também dos inúmeros Planos que jazem em muitas gavetas! Para isto e aquilo! Também havia aí a Sintra Romântica, a Sintra Rural e a Sintra não sei quantos! O Prof. Braga de Macedo fez aqui uma excelente apresentação. O que é que aconteceu? Nada! Deve ser, eventualmente, mais um projecto para o futuro! Portanto, poderíamos continuar, mas para não fatigar, nem os Senhores Deputados da maioria, que parece que estão algo incomodados com o reavivar desta situação, nem os Senhores Vereadores, que têm que estar a substituir o Senhor Presidente e que, eventualmente, também já não terão muita disponibilidade para recordar o passado, gostaria apenas de dizer o seguinte: se ao fim de dois mandatos o panorama é este, onde é que se foi buscar aquele slogan da "Dedicação Total"? Se a "Dedicação Total" chega agora, vem tarde! Se já existia, não se vê! E vou passar a ler uma citação: "Político com sentido de responsabilidade não pode prometer tudo, porque sabe que não pode assumir essas promessas". Isto está escrito no site "Dedicação Total" e é uma frase do Senhor Presidente da Câmara! Concordo em absoluto. Político com sentido de responsabilidade não pode prometer tudo, porque sabe que não pode assumir essas promessas. Pois é! Mas que grande contradição! Para os mais velhos – os mais novos certamente não se lembrarão – eu vou dizer que quando li isto e perante este sucessivo enunciar de questões que nunca foram resolvidas, lembrei-me de uma canção muito antiga que se chamava "Parole, Parole, Parole"! Era uma canção que eu até gostava muito, cantada pela Dalida e pelo Alain Delon! Isto só os mais velhos é que se vão lembrar! A tradução era "Palavras, Palavras, Palavras". É uma excelente banda sonora para estes últimos oito anos! Palavras, palavras, palavras!-----

--- O Vice-Presidente da Câmara, Marco Paulo Caldeira de Almeida, referiu: Senhor Deputado, eu quero usar da palavra para clarificar e esclarecer aqui um ponto, que é fundamental. Eu acho que o Partido Socialista, nos últimos tempos, esquece os três anos em que colaborou na gestão da Câmara! Mas esquece, fundamentalmente, porque usou esta terminologia da avaliação dos oito anos, que quatro já foram julgados com uma maioria absoluta! E essa é uma verdade inquestionável! É que o Povo Activo de Sintra já avaliou os quatro anos em que V. Exa diz que nada foi feito! A avaliação do Povo Activo de Sintra é uma avaliação muito positiva! E estamos disponíveis, porque vamos a eleições no próximo dia 11 de Outubro, para o Povo Activo de Sintra avaliar estes quatro anos! E, deixe-me dizer, que pelos últimos oito, o Partido Socialista não vai no bom caminho, porque o extremismo que usa na avaliação do que foi feito e, nas vossas palavras, de tudo o que não foi feito, não condiz com a avaliação que os Sintrensens fazem da gestão municipal. E porque tentou usar uma expressão que eu quero repudiar, que tem a ver com a reflexão que



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Presidente da Câmara faz na Peninha, eu quero-lhe dizer que é certamente bem melhor do que aquela que alguns farão em Bruxelas!-----

--- O Deputado António Luís Oliveira Santos Lopes, do PS, referiu: Senhor Vice-Presidente da Câmara, constato apenas uma coisa: é que a sua intervenção foram mais "Parole, Parole, Parole"! Eu esperei que o Senhor quando aqui viesse, dissesse: "Não, Senhor Deputado! Relativamente àquele ponto que apontou, não foram duas Escolas, foram cinquenta! A Casa das Selecções está feita, o Senhor é que ainda não reparou! As Ciclovias existem, o Senhor é que não anda de bicicleta!". Nada disso o Senhor Vereador veio aqui dizer! O Senhor Vereador fez um discurso que lhe fica bem, na defesa política da sua área. É óbvio que o julgamento é feito pelos Sintrensens, tem toda a razão! Mas isso não inibe, de forma alguma, o papel que os Senhores Deputados Municipais têm nesta Assembleia! Mal seria que os Deputados Municipais nesta Assembleia estivessem impedidos de, politicamente, fazerem o julgamento do Executivo! Relativamente à questão do Senhor Presidente fazer a reflexão na Peninha, como lhe disse é um sítio excelente e eu também o escolheria! Não se preocupe com a questão de Bruxelas, porque há pessoas que, realmente, de vez em quando, estão em Bruxelas, mas até moram no Concelho! O Senhor Presidente vem cá de vez em quando, mas mora no Concelho ao lado! Relativamente à questão de Bruxelas, isso é um fantasma que não vale a pena agitar mais, Senhor Vereador! Até lhe fica mal, porque já foi esclarecido diversas vezes! Mas é bom notar que os argumentos da maioria são desse teor! O nervosismo é realmente grande!-----

--- O Líder da CDU, Deputado Miguel Lourenço Carretas, referiu: Eu não me queria alongar muito nem provocar aqui uma discussão em período de campanha eleitoral mas, com a legitimidade que tenho de também ter sido eleito, parecem-me que fará sentido, independentemente da avaliação que os Sintrensens entenderem fazer nas próximas eleições, também deixarmos aqui algumas reflexões sobre o que foi este mandato. E também não me parece que, pelo facto de ter havido ou deixado de ter havido uma maioria absoluta, deixemos de apontar críticas ao mandato anterior. Vamos então a dois ou três aspectos que têm caracterizado um certo estilo e uma certa forma de fazer política em Sintra, por parte da maioria absoluta. E vamos começar pela questão urbanística. Nesta questão não houve absolutamente nada feito! E quero aqui recordar, também aos Senhores Deputados da Bancada do PS, que, tanto quanto me recordo, a Revisão do PDM era programa, não só do PSD, como do Partido Socialista. O que é facto é que ela não foi feita. Quem perde? O facto é que tivemos sorte! E a sorte foi estarmos num azar de um período de recessão e as pessoas também não vêem aí os prédios a nascerem! Mas os problemas estão cá! Os problemas continuam! Os problemas essenciais do PDM que, aliás, foi aprovado pelo Partido Socialista mantêm-se e, de facto, fazia falta em Sintra um outro modelo estratégico de desenvolvimento. E, por falar em modelo estratégico, é verdade que o Plano Estratégico foi feito, mas também é verdade que nada foi feito com ele! E por falar em Planos, também é verdade que assistimos aqui a um conjunto de



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Planos – aqui, na Câmara – que foram propostos elaborar, alguns cuja elaboração começou. Mas o que é facto é que, estranhamente, este Executivo – tanto quanto me lembro – não foi capaz de trazer a esta Assembleia um único! Enfim, Planos de Pormenor, Planos de Urbanização, nada! E essa é uma competência do Senhor Presidente da Câmara! Eu recordo que também no início deste mandato, a CDU fez uma proposta de revisão de alguns Planos. Na altura, essas propostas foram votadas contra, não só pelo PSD, como também pelo PS que, aliás, resolveu ir optando pela avaliação casuística das intenções de investimento – nunca mais me esqueço dessa expressão! – o que deu naquilo que deu! Portanto, eu queria aqui deixar claro que eu não acho propriamente que nada foi feito. É evidente! A Câmara de Sintra tem, apesar de tudo, uma vantagem! Tem uma máquina grande, onde os projectos vão andando e algumas coisas foram feitas! A questão é que nada de verdadeiramente estratégico e relevante foi feito! E nada de verdadeiramente estratégico e relevante foi feito, também por que havia uma maioria que não era - eu recordo - só do PSD no Executivo, mas também do PS, coisa que eu não acho nada de dramático! Aliás, eu até acho que os Senhores Vereadores, uma vez eleitos, podem e devem assumir as responsabilidades que têm. Agora, devem assumir essas responsabilidades responsabilmente! E, portanto, também é fácil vir aqui, em final de mandato e depois do PS ter provocado um facto político, através do qual entregou os Pelouros, demarcar-se de toda uma política, inclusive financeira – eu recordo que o PS foi responsável pela política financeira neste mandato – e, portanto, também é fácil vir aqui tentar fazer uma demarcação. Aliás, a seguir a isso, eu até já ouvi nesta Assembleia, intervenções do Partido Socialista que falavam da maioria PSD/CDU, o que é uma coisa fantástica! Depois disso, não é! A CDU, aliás, nem sequer fazia já falta! Infelizmente, nem fazia falta ao PSD para fazer maioria e, então, lá assumiu as responsabilidades nos SMAS - assumiu bem, mas não é isso que agora está aqui em causa! – pelas quais foi sempre duramente causticada nesta Assembleia pelos Senhores Deputados do Partido Socialista! Continuando, depois deste aparte, e para falar de outro Pelouro que foi caro ao PS, que é o Turismo. Tenho vindo a dizer e várias vezes intervimos nesta Assembleia nesse sentido, que, como é óbvio, a questão do desenvolvimento de Sintra não se faz isoladamente, como aliás nenhum desenvolvimento sustentado, seja de um Concelho, seja de um País, se faz. Portanto, as questões de planeamento urbanístico não são separadas – aliás, como se demonstrou da pior maneira possível! – das questões do turismo. Mas a questão é que, também aí, Sintra perdeu pontos! E eu reconheço que não perdeu só pontos por questões que tenham a ver directamente – não perdeu só por isso - com o Pelouro do Turismo. Mas perdeu pontos por não ter sido capaz de vender – e aí concordo com os Senhores Deputados do PS – a marca Sintra, para a qual é essencial, por exemplo, uma Sintra Património Cultural; para a qual é essencial, por exemplo, uma correcta preservação do Centro Histórico de Sintra; para a qual até dava jeito um Gabinete de Planeamento que, entretanto, acabou! Eu acho que sobre a valorização do Centro Histórico está tudo dito! E também nessa área, foi mais um mandato perdido! Mas não foi só isso: foram aqui discutidas, no mandato anterior e neste, inúmeras vezes,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões relativas às Empresas Municipais. Eu não vou falar da Empresa Municipal de Estacionamento, que tem a história que tem, não vale a pena! A questão é que, aliás chegaram até a ser aprovadas pela Câmara Municipal, um conjunto de propostas da CDU sobre estas empresas. A questão é que elas continuam exactamente na mesma! E eu não tenho nenhuma posição de princípio – aliás a CDU sempre deixou isso bem claro – contra as Empresas Municipais. O que a CDU sempre quis avaliar, fez a sua avaliação e propô-la à Câmara, que até foi aprovada tanto quanto me recorde - em traços muito gerais é verdade! – mas que depois não teve quaisquer consequências! E, sobre a falta de consequências e inconsequências de tudo isto, eu gostava de referir agora algumas questões sobre o trabalho desta Assembleia. É impossível fazer a estatística – até por que ninguém tem disponibilidade para o fazer – das deliberações desta Assembleia que não foram executadas! É impossível fazer a estatística dos pedidos de esclarecimento, quer verbais, quer por requerimento, que não foram respondidos! E há um certo estilo de gestão que depois também perpassa nesta Assembleia. Eu não vou dizer que são “palavras, palavras, palavras” mas, de facto, há uma forma – e tem havido por parte do Executivo Municipal quando responde a esta Assembleia – de passar pela chuva, habilidosa, até diria simpática, que eu até aprecio em termos de fait divers, mas que é grave! É grave porque a Câmara está aqui para responder perante a Assembleia Municipal e não é a Assembleia Municipal que está aqui para responder perante a Câmara! E eu gostava de deixar - até porque não queria confundir esta minha nota negativa com a minha intervenção final – o firme desejo que a maioria, qualquer que ela seja, que saia do próximo Executivo Municipal, tenha outra postura perante esta Assembleia. É lamentável que o Órgão Deliberativo do Concelho seja tratado desta forma pelo Executivo!-----

--- A 1ª Secretária, Ana Isabel Queiroz do Vale, na qualidade de Deputada Municipal do PS, referiu: Senhor Deputado Miguel Carretas, antes de mais, agradeço-lhe todas as palavras anteriores à intervenção que vou fazer, porque não posso deixar de concordar em absoluto com as suas últimas palavras! A Bancada do Partido Socialista apresentou, a 29 de Novembro de 2007, um Requerimento, para que a Câmara e o seu Presidente, prestassem um conjunto de informações sobre o estado do planeamento do território do Concelho. Aguardámos durante um ano! A 17 de Novembro de 2008 reafirmamos o pedido. Em 11 de Setembro de 2009, desculpem-me, mas não venho aqui reafirmar o pedido! Mas constato – e não posso deixar de registar – que passados dois anos, o Senhor Presidente da Câmara apenas não quis prestar tais informações! É pois com preocupação que ficamos, como em outros momentos, à ausência de informação da Câmara Municipal a este órgão, a quem compete as funções fiscalizadoras. É pois impossível não constatar que o Senhor Presidente não pretendeu cumprir o que está obrigado por lei: obrigado a prestar informação a esta Assembleia! Pedíamos então, em 2007 e 2008, sobre o Plano Director Municipal, que nos apresentasse o Relatório de Avaliação, nos termos do art. 90º do seu Regulamento; e o Relatório de Avaliação Global de Execução do Plano Director Municipal,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessário e fundamental à ponderação da sua revisão, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território. No que se refere aos Planos Municipais de nível inferior, pedíamos então informação sobre quais os procedimentos de elaboração que se encontravam iniciados e em que fase se encontravam os seus trabalhos. E, desses, quais se encontravam parados e qual o motivo. Simples, Senhores Deputados! Nada que não se pudesse fazer em dois anos! Pedíamos ainda, em 2007 e 2008, o Relatório sobre o estado de ordenamento do território a nível local, imposto – repito, imposto – pelo nº 3 do art. 146º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, a ser submetido para apreciação da Assembleia Municipal. Estávamos então a solicitar que o Senhor Presidente da Câmara trouxesse a informação que, por lei, deveria providenciar, sem que sequer tivéssemos que a requerer! Mas no que se refere à actividade de planeamento territorial, convém registarmos para memória futura e em jeito de balanço, algumas singularidades desta forma de anunciar o planeamento. Do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, aprovado por esta Assembleia, competia também a obrigação de nos ser apresentado um Relatório de Avaliação. Desde a sua aprovação em Março de 2007, esta Assembleia não teve qualquer conhecimento. Do que conseguimos apurar, existe mais de uma dezena – senão duas – de procedimentos de Planos em aberto, sobre os quais esta Assembleia também não tem qualquer conhecimento. Tivemos a notícia de que terá sido ensaiada a revogação de alguns procedimentos, mas até essa revogação está em aberto, suspensa! Como suspenso está o planeamento em Sintra, agravando velhas e gerando novas disfuncionalidades; criando e alimentando expectativas, suspensas! Um Concelho como Sintra tem apenas quatro planos municipais em vigor - quatro! – sendo que um deles é o PDM; outro é originário dos finais dos anos 40 do século passado; o outro serviu ao Programa Polis; e o de Queluz tem mais de 10 anos! Convenhamos que Sintra merecia mais e Sintra precisa de mais! Do designado “Plano da Católica” tivemos aqui, a título de urgência, como tantas vezes aconteceu, um protocolo de entendimento com os proprietários em que, de acordo com as informações prestadas e constantes desse protocolo, o plano estava quase, quase pronto, constando até no protocolo informação bastante detalhada que até parecia corresponder a um plano pronto! Desse plano, quase, quase, quase pronto, não tivemos mais notícia! E confesso que não entendo a que serviu tal protocolo, já que - julgo saberem tão bem quanto eu – que o protocolo não substitui o plano, nem confere os direitos e as obrigações que só através do procedimento do plano se podem alcançar. Poderíamos ainda questionar sobre o tão secreto acordo para a Cidade do Cinema, no qual se afirmava que estavam já em apreciação os estudos para posterior apresentação a esta Assembleia. Mas, face ao lapso de tempo, concluo que operou a condição resolutiva aí prevista, uma vez que não se tem conhecimento de ter sido assinado qualquer contrato para planeamento, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Convirão os Senhores Deputados que, por todas estas razões, não poderia deixar aqui de registar que o Senhor Presidente da Câmara não pretendeu informar esta Assembleia sobre estas matérias, não cumprindo a sua obrigação legal. Não posso deixar de registar que não pretendeu

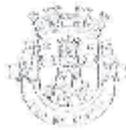


SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promover pelo planeamento o futuro do território de Sintra. Essa competência, o dever de planear, foi uma competência que neste mandato ficou por exercer!

--- A Deputada Maria Emilia Valadas Lima Infante, do PS, referiu: Tenho pena que o Senhor Presidente não esteja entre nós, porque estas minhas palavras não são de extremismo, como há pouco o meu Colega foi acusado, mas são reais! Estando a terminar o mandato da Coligação Mais Sintra - PSD, CDS-PP, PPM e MPT - no nosso concelho e, em simultâneo, na Cidade de Agualva-Cacém, na qual fui eleita, não posso deixar de ficar perplexa com a demagogia e a falta de rigor nas últimas semanas, por parte desta Coligação. Quando o Boletim da Junta de Freguesia de Agualva, correspondente ao período de Janeiro a Julho do corrente ano mas só agora distribuído – enfim, um pormenor sem grande importância e sem grande objectivo eleitoralista! – sendo que 17 mil exemplares editados não devem ter sido assim muito baratos! Aliás, estes boletins foram alvos de críticas e levados a Tribunal pelo actual Presidente da Câmara – lembrem-se, em determinada altura! – e agora utilizados desta forma! Na minha opinião, enquanto cidadã, são um desperdício dos bens públicos, que bem podiam ser investidos nas necessidades reais da população. Mas, como dizia, e cito o Senhor Presidente da Junta de Agualva: “Os investimentos realizados nos espaços públicos têm dado uma nova cara à nossa Freguesia”. Pergunto-me, qual Freguesia? Ou será que o Senhor Presidente, Rui Castelhana, nunca reparou no buraco criado pelo Senhor Presidente da Câmara, Fernando Seara, conhecido por “Túnel Virtual”, que tanto tem prejudicado as Freguesias, quer de Agualva, quer do Cacém! Em vez do túnel, que iria alterar completamente a fluidez do trânsito da Cidade, deixa uma efectiva marca de local atingido por um hipotético bombardeamento, transformando esta área da Freguesia num autêntico gueto! As ervas chocam à nossa cintura e a degradação é cada vez maior! Continuam quatro famílias praticamente abandonadas à sua sorte! A falta de iluminação e de segurança em que o local se tornou, obriga-os a recolher em casa bem cedo, com medo de aqui viver! Senhor Presidente da Câmara – que não está - quando vi o vídeo de lançamento da sua campanha – e aqui peço desculpa, mas tenho que voltar a esta questão porque é realmente importante – não pude logo deixar de pensar neste local terceiro-mundista! Era daqui – nós tiramos fotografias mas, por problemas técnicos, não podemos passá-las, mas que eu vou pedir para fazerem chegar ao Senhor Presidente da Câmara – deste buraco que o Senhor deveria arrancar com a sua campanha, e não daquele de onde arranca! Porque daqui depressa concluiria que não fez nada, durante os oito anos em que geriu o Concelho de Sintra, não servindo, por certo, para ajudar os munícipes! Isto que aqui está, Senhor Presidente, é um verdadeiro atentado! Só uma gestão autárquica e pouco dedicada como a sua, poderia deixar uma “obra” como esta! Senhor Presidente, quem lá vive todos os dias não vai certamente votar no senhor! E passo a citá-lo, na sua entrevista ao Jornal da Região de Sintra – que já hoje foi aqui falado por um munícipe, com outros atributos – a que acrescento estes, gratuito e distribuído com o Semanário Expresso: “Começamos pelo fim: anunciei a minha recandidatura à Presidência da Câmara Municipal de Sintra, quando entendi que o dia fazer. Estas decisões



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não se tomam de ânimo leve. Sintra não se compadece, nem com voluntarismos, nem com gestos irreflectidos. A vida autárquica é de uma enorme exigência". Não há dúvida nenhuma, Senhor Presidente! Estes recados recaem todos sobre a sua actuação enquanto Autarca. Ser Presidente da Câmara de um Concelho tão importante como o nosso, não se compadece com gestos irreflectidos, como o que o senhor tem feito, nomeadamente, ao deixar, em vez de um túnel que tanta falta faz à nossa Cidade, apenas um buraco! Os habitantes de Agualva-Cacém não aceitam a situação criada por si! Como é possível, no Boletim da Junta de Agualva, na página referente a obras, aparecer citada uma deliberação do Executivo – calculem! – da Junta de Agualva, a felicitar a Câmara Municipal de Sintra pela gestão eficaz do processo e por garantir a concretização da obra - ora, o buraco está lá! - assumindo os encargos financeiros de uma obra que não é da sua responsabilidade! Ao ler isto ainda fico mais perplexa! Esta obra não foi sempre da responsabilidade do Senhor Presidente? Os munícipes do nosso Concelho já não se deixam enganar! Não vão na conversade Políticos que andam, à última da hora, homenagear tudo e todos, a inventar cerimónias e prémios sobre isto e aquilo! Esperemos que no dia 11 de Outubro saibam julgar a sua "Dedicação Total"!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Antes de encerrarmos com as declarações finais dos quatro Grupos Políticos aqui presentes, eu gostaria de utilizar um minuto para duas palavras. Foi a minha primeira experiência autárquica - se calhar, não vai ser a última! - mas eu queria dizer duas palavras, uma respeitante a agradecimentos e outra de desculpas! Eu queria agradecer à Comunicação Social, por tudo aquilo que nós aqui abordámos! Foi reflectido de uma forma séria e responsável, o que é bom. Eu acho que devemos essa palavra à capacidade que teve de o fazer. A todos os Senhores Deputados, eu queria lastimar a ausência de dois ou três em particular, e peço desculpa não me referir a mais, mas a minha ignorância não chega lá! Lamento que a Freguesia de São João das Lampas perca o Dr. Portelinha Vaz como Presidente. Lamento imenso que a Freguesia de São Martinho perca o meu querido amigo Adriano Filipe como Presidente. Eu não sei bem se pertença à Freguesia dele ou não. Teoricamente estou em Colares mas, de facto, olhando com rigor, eu pertença mais à sua Freguesia. Foi uma honra ver e sentir o que o Senhor fez! Independentemente do Partido, que não interessa, as pessoas que ali vivem e estão devem-lhe muito, e eu também! Vê-lo sair desta situação de Membro da Assembleia por inerência de Presidente do Junta, é para mim uma pena, e tenho que o dizer! A terceira palavra, para o Deputado Miguel Carretas. Eu não o conhecia. Eu à partida não tenho desconfiança de ninguém, dos Partidos onde estão! Acho que com a idade, todos nós devemos apreciá-los. E acho que é uma pena para esta Assembleia o Senhor sair! O Senhor faz falta ao seu Partido, à sua Coligação e a esta Assembleia! Lamento que saia, porque o Senhor merecia aqui estar, ajuda-nos e enriquece-nos! Só espero o desejo que na sua vida pessoal tenha sucesso, que daqui a uns anos possa voltar a este convívio – alguns de nós já cá não estaremos – e, tenho a certeza que, nessa altura, com a sua inteligência, já noutra formação política!



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como independente! Agora, são as palavras de perdão que venho pedir, porque este meu estilo, às vezes, pode ser mal interpretado! Espero que não sintam, pois é um desabafo para não ter quistos mentais e úlceras de estômago! Mas, às vezes, sem querer, na condução dos trabalhos, posso ter ofendido alguns de V. Exas. Isso pode ter acontecido e tenho que pedir desculpa formal, convictamente! Convictamente, não o quis nem tentei fazer! Mas posso-o ter feito e, por isso, tenho que pedir desculpa por algum acto que, eventualmente, possa ter ferido a honra e a susceptibilidade de algum de V. Exas! Espero que essas desculpas esteja, não só apresentadas, mas que também estejam já desculpadas da vossa parte! Muito obrigado a todos! Foi um enriquecimento para quem não tinha experiência autárquica! Foram quatro anos interessantes, mas também estou de acordo: há coisas que para os próximos mandatos podem e devem ser melhoradas! Isso é uma missão de todos nós! E estou convencido que todos vamos fazer por isso! A democracia é sempre um processo contínuo, de melhoria e de aprendizagem. E todos nós aprendemos uns com os outros. Aprendemos mais com os erros e com o mau funcionamento, do que com aquilo que corre bem! Por isso temos fonte de razão e de razoabilidade para melhorarmos! Agora, para as declarações finais, vamos começar pelo Senhor Deputado André Beja, desejando-lhe também a si, nas novas funções, as melhores felicidades!-----

--- O Deputado André Aurélio Marona Beja, do BE, referiu: Foi um longo mandato, cheio de discussão e debate quente e apaixonado! De decisões, umas boas, umas más, com certeza! Opções estratégicas e políticas, umas mais claras, outras mais escondidas, sendo que com umas estivemos de acordo e outras não! Foi um mandato cheio de polémicas e que deixou muitas coisas em aberto! Deixou em aberto um problemas que surgiu nos primeiros dias deste mandato, a problemática da Linha de Muito Alta Tensão, que atravessa parte deste Concelho; ficou por resolver o Parque de Colaride; ficou por resolver a protecção da Serra da Carregueira; ficou por resolver o PDM ou os Planos de Pormenor; ficou por funcionar o Conselho Municipal de Ambiente. Mas também foi um mandato de convivência democrática, de aprendizagem, de convergências e de divergências. Infelizmente, também tivemos os silêncios, as omissões, as ausências e a falta de resposta! Aliás, devo registar o record de respostas dos Senhores Vereadores hoje a esta Assembleia, o que é interessante! Enquanto Autarca, enquanto responsável e enquanto Cidadão de Sintra, que ama a sua terra, eu desejo que no futuro esta Assembleia Municipal de Sintra não seja vista de forma tão instrumental por parte de quem tem a maioria! Desejo também que a Assembleia Municipal de Sintra possa estar mais próxima dos Cidadãos, não só nesta sala, como também fora dela. Desejo que haja maior respeito por Eleitos e por Eleitores, por toda a gente! Deixo os meus agradecimentos e a minha estima a todos os presentes, apesar das divergências, com certeza! E o meu agradecimento por tudo aquilo que me deixaram aprender também!-----

--- O Líder da CDU, Deputado Miguel Lourenço Carretas, referiu: É a última vez que têm o sacrifício de me escutar, e eu prometo ser breve! Antes de mais,



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia as palavras elogiosas e imerecidas que me dirigiu! E também dar-lhe a certeza que, se aqui voltar – e eu não vou andar por aí! – voltarei no mesmo Partido a que sempre pertenci! Sempre não, por acaso...-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: É melhor não dizer alto, está bem?-----

--- O Deputado Miguel Carretas continuou: Eu vou contar uma inconfidência... vou voltar a ligar o microfone! Hoje é um dia de inconfidências! É verdade! Procurem lá no Núcleo de Campo de Ourique! Peço desculpa por este aparte! Mas também queria dizer ao Senhor Presidente, a forma como apreciei a forma como dirigiu esta Assembleia! Enfim, o Senhor Presidente tem um mau jeito nato para estas coisas de Regulamentos e Ordens de Trabalhos, etc! Mas às vezes, com a sua bonomia, mas também com a firmeza sempre que era preciso, eu acho que o Senhor foi um excelente Presidente da Assembleia Municipal! Depois, queria também despedir-me de quem sai: Senhores Presidentes de Junta Adriano Filipe, Miguel Portelinha, que tantas vezes aqui discutimos, mas não tenho dúvidas que São João das Lampas fica mais pobre sem o seu contributo, excepto se ganhar o Candidato da CDU, claro! Adriano Filipe, que tantas vezes também – aliás, havia aí um traço comum e os SMAS no próximo mandato vão ter uma vida santa, não é! – divergimos, mas não tenho dúvidas que é uma pessoa que, como todos nós, acima de tudo tem amor a Sintra! Aos Líderes das outras Bancadas: António Rodrigues, tenho-o como um homem honesto! E acho que este é o maior elogio que lhe posso fazer agora! Desde há seis anos que o conheço e quero dizer que nunca houve um compromisso formal ou informal assumido entre nós, que tenha sido posto minimamente em causa! Não é que tenhamos muitos compromissos! Mas a forma como prestigiou sempre esta Assembleia, com a qualidade das suas intervenções. Aquilo que me ensinou ouvindo-o aqui, foi para mim uma Escola! André, a tua juventude, capacidade de intervenção e garra, são um exemplo a seguir! Não por aquilo que dizes! E, falando de Líderes de Bancada, deixei deliberadamente o Paulo Marques para o fim! E deixei-o para o fim, por duas razões: primeiro, porque ele é o mais chato! Mas, segundo, e mais importante do que isto, eu sou Comunista porque entre um critério de eficiência e um critério de justiça, eu prefiro um critério de justiça! E acho que o Direito, quando se afasta da ética, perde o sentido, porque perde a justiça! E era isto que eu queria dizer nesta hora ao Paulo Marques, que também abandona esta Assembleia. E queria-lhe manifestar a minha solidariedade pessoal – aqui falo por mim - e penso que não preciso de dizer mais nada a esse respeito! Por último, perdão, por penúltimo, queria agradecer à minha Bancada. A forma como a preparação do trabalho da minha Bancada me permitiu - eu que já não moro em Sintra e é por isso que abandono estas funções – apesar de tudo, dizer aqui três ou quatro coisas com um mínimo de jeito! Por último, queria agradecer aos Serviços de Apoio à Assembleia, pela forma dedicada como sempre apoiaram todos os Grupos Parlamentares, sem excepção, e como sempre apoiaram o trabalho desta Assembleia! E queria dizer-vos a todos, aos Serviços, ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores, aos Senhores



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados que, como diz a música do Rui Veloso, apesar de tudo, muito mais é o que nos une! E aquilo que nos une – estou convicto – a todos é o amor a Sintra!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Senhor Deputado Paulo Marques, eu devo-lhe uma desculpa! Eu não sabia que não concorria! Pensei que iria ser outra vez o Líder da Bancada do PS! Pensava! E por isso, por não me ter referido, e não ter referido nos termos elogiosos que o Senhor merece, pela sua persistência, a sua inteligência e o seu conhecimento, devo-lhe uma palavra de desculpa, mas também uma palavra de reconhecimento pelo que fez nesta Assembleia, enquanto eu aqui estive!-----

--- O Líder do PS, Deputado Paulo Jorge Duarte Marques, referiu: Eu que não tenho muito jeito para estas coisas do improviso, como isto hoje parece o "Perdoa-me" e ainda vamos começar para aqui todos a chorar, resolvi escrever para dizer algumas coisas! Fruto das circunstâncias de todos conhecidas, o País terá brevemente dois actos eleitorais. Aos Portugueses em geral, e aos Sintrenses em particular, será dada de novo uma oportunidade de escolher os seus novos representantes. Não é para falar de boas ou más escolhas que agora vos falo, mas tão só para vos sensibilizar e responsabilizar a cada um de vós, em termos individuais, mas também em cada Partido, Coligação ou Movimento de Cidadãos, para a necessidade de tudo fazerem para mobilizar os cidadãos a irem votar. Confesso-vos que tenho alguma dificuldade em acreditar na boa saúde de uma democracia, quando se atingem taxas de abstenção de 50, 60, 70% ou mais de Eleitores, que se recusam a participar na escolha dos seus representantes. Já disse que não é sobre escolhas boas ou más que agora vos quero falar. Aquando da reunião preparatória do meu Grupo Político, realizada para esta sessão, percebendo que esta seria, possivelmente, a última sessão deste órgão neste mandato, tive a pretensão de, imediatamente, ter enunciados – ou por força do assunto, ou por relevância da natureza do mesmo aqui tratado – os principais assuntos que me vieram à memória. Não vos vou fazer aqui um resumo dos trabalhos deste órgão, pois não é isso que pretendo, nem o conseguiria. No entanto, queria deixar-vos algumas notas, como singelo contributo final, para o necessário exercício de reflexão sobre a participação de cada um de nós, de cada Partido, Coligação, aqui, no órgão, representados. As competências deste órgão resultam exclusivamente a lei, agregadas igualmente em algumas praxes de raiz municipal praticadas pelos seus membros. Sendo certo que a principal competência que lhe cabe – como aqui já hoje alguém disse – é fiscalizar a actividade da Câmara Municipal. Do vasto rol de assuntos aqui tratados e dos procedimentos adoptados, identificava os seguintes, para uma análise muito sucinta: quanto às temáticas mais relevantes, identifiquei três: o Plano Estratégico da autoria do Prof. Braga de Macedo; a aprovação da Carta Educativa do Concelho; bem como a polémica instalação das Linhas de Muito Alta Tensão. Quanto aos procedimentos municipais autárquicos, identificava igualmente três: o direito de resposta aos Cidadãos e aos Eleitos; a fiscalização da actividade, trabalho das Comissões e dos Conselhos Municipais; a redução



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao estritamente legal da divulgação da actividade deste órgão a que pertencemos. Muitas outras possibilidades existiriam, tantas quantas cabeças aqui presentes. Começamos então pelo fim. É público e notório algum afastamento dos Eleitores aos Eleitos, e dos Eleitos aos Eleitores. No entanto, é aos Eleitos que cabe o papel mobilizador, e não manipulador das massas, dos cidadãos e dos eleitores. Esta Assembleia, em minha opinião, simplesmente não comunica com os cidadãos, no sentido clássico do termo: de participar, de fazer saber, de se corresponder. Se bem se recordam todos, não foi por uma, duas ou três ocasiões, que diferentes Eleitos nesta tribuna, questionaram o facto de nem no próprio dia da realização da sessão da Assembleia Municipal, dela se fazer referência no *website* da Câmara Municipal, na falta de uma plataforma própria. Isso hoje, felizmente, está corrigido. Esta Assembleia parecia que, assumidamente, não queria ver reconhecida a sua actividade, e como tal, não publicitava, não divulgava e não a promovia. Confesso que, por vezes, se deve olhar para o funcionamento deste órgão como uma pesada herança da democracia! Mas é um facto que a lei o consagra e que o esforço de cada um de nós deve ser no sentido de apurar o seu funcionamento. Em mandatos idos este órgão realizou algumas sessões descentralizadas, se bem que, neste ou naquele caso, realizadas em locais com poucas condições para o exercício do acto de reunir. Foram essas sessões muito apreciadas pelas pessoas dessas Freguesias que, por ali, pelo menos uma vez de quatro em quatro anos, puderam contactar com os seus representantes de modo mais próximo. Penso que deveria ser equacionada por todos vós, em sede de revisão do Regimento, a possibilidade desta Assembleia reunir de forma obrigatória, de modo descentralizado, de forma regular. Um Concelho com mais de 300 Km², tem que permitir que os Eleitores possam acompanhar mais de perto a actividade dos órgãos de fiscalização, e esta é uma das possibilidades. Fruto da possibilidade legal, encontram-se constituídas diversas Comissões, subordinadas a temáticas específicas. Porém, apesar de serem em número bastante razoável, não se lhes conhece bem o trabalho que desenvolvem. Ou seja, esta Assembleia não tem reais mecanismos de poder conhecer, fiscalizar e apreciar o trabalho desenvolvido por aquelas. Se destas reina uma certa neblina, o que dizer então sobre o funcionamento e actividade dos diferentes Conselhos Municipais, a título de exemplo, da educação, da segurança, do emprego e do empreendedorismo? De facto, todos têm representantes municipais, desconhece-se de modo oficial o conteúdo das suas deliberações, quando reúnem ou que documentos produzem. Seria, penso eu, benéfico, dispor de mecanismos para poder acompanhar de modo oficial, os trabalhos destes diferentes Conselhos Municipais. Alias, constato que ao longo destes quatro anos, imperou uma certa prevalência do império da pergunta e da ausência da resposta. Dir-me-ão alguns, que já ouvi quando com eles pude trocar algumas impressões sobre este assunto, que este é o jogo do gato e do rato e que é o cerne da política! Não posso estar mais em desacordo com este entendimento. Para mim, a política implica concertação, compromisso e decisão. Nunca a ausência de resposta a uma pergunta legítima, pode ser coisa política! A esta Assembleia deslocam-se, de forma regular, cidadãos e cidadãs, que aqui procuram uma solução para os problemas difíceis com que



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se deparam no seu quotidiano, ou que simplesmente se deslocam aqui para dar conta de uma situação que encontram menos bem. Algumas vezes o assunto resolve-se por aí no corredor! Porém, outras há que nem sabemos o que mais aconteceu ao assunto, da forma em como a Câmara resolveu o assunto e nós servimos apenas de intermediário e perdemos o fio à meada! É necessário e urgente desencadear mecanismos num futuro próximo, que permitam ao órgão Assembleia Municipal poder fiscalizar melhor esta relação entre cidadãos e a Câmara, estabelecida sob nossa intermediação. Muito haveria ainda por dizer sobre estas praxes, sendo que apenas pretendo cingir a estas três. Identifico no Concelho de Sintra três vectores de extrema importância: pessoas; território; património edificado e natural. São estas para mim, aliás, as três mais-valias competitivas que o Concelho dispõe. É quanto às pessoas, e mais especificamente sobre as crianças e os jovens, que me quero deter de forma muito sucinta, nomeadamente, sobre a sua educação. A Carta Educativa de Sintra foi aprovada neste mandato. Documento de grande relevância e com efeitos sentidos nas próximas gerações de Sintrensens, deveria estar permanentemente a ser alvo de escrutínio por parte desta Assembleia. Mas quem sabe o que lhe aconteceu desde a sua aprovação até agora? Dos que a aprovaram, quem afere a sua aplicação e execução? E efeitos terá, passados alguns anos sobre a sua aprovação, é possível neste momento aferir? Muitas são e eram as perguntas que se poderiam fazer sobre este documento estratégico. Este é, para mim, um bom exemplo de como um documento com tanta valia de estratégica municipal, deveria estar permanentemente em cada uma das decisões tomadas. Ao invés, uma vez aprovado, ele deixou de pairar no nosso espírito, desaparecendo as preocupações futuras. No entanto, as decisões permitidas de reorganização da rede escolar e das suas múltiplas respostas, podem bem ser a chave para um desenvolvimento melhor conseguido, para um Concelho que tem e deve fazer urgentemente da qualificação das suas populações um eixo estratégico de actuação fundamental. Chegados a esta data, é para mim também incompreensível, que a Comissão Eventual aqui criada sobre as Linhas de Muito Alta Tensão ainda não tenha conseguido fazer aprovar um relatório final. Este será, porventura, um dos episódios mais simbólicos que irão marcar este mandato da Assembleia, e espelham também a incapacidade para lidar com assuntos de maior complexidade. Muitas foram as reuniões em que esta Assembleia, os cidadãos, vieram solicitar explicações e em que reinou um silêncio terrível! Faço votos para que todos tenhamos aprendido algo com este episódio. Não fosse a persistência de alguns Autarcas – e destaco, sem reserva mental, o papel da Presidente da Junta de Monte Abraão, Fátima Campos – e este assunto estaria confinado ao Concelho de Sintra. Graças a isso, e graças a este Órgão Autárquico e àquela Junta de Freguesia, que na medida das suas possibilidades desencadeou mecanismos por forma a fazer desta uma questão nacional, levando a tomar uma maior consciência por parte dos responsáveis do Governo para situações futuras. Ainda sem ter resposta para esta questão, era exigido que todos nós, enquanto órgão, tivéssemos tido um outro tipo de resposta ao assunto. Porém, chegado a esta fase, Setembro de 2009, estamos numa situação semelhante a 2006, antes da criação da



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissão. Por fim, mas não menos importante, o Plano Estratégico do Prof. Braga de Macedo. A esta distância, ficou claro para mim, que apenas se tratou na ocasião de mais uma acção de comunicação, se bem que com várias fases. É fundamental aferir com as populações um desígnio para o Concelho. O Plano podia e devia reflectir esses e outros desígnios. No entanto, proceder à elaboração de um Plano para depois não o exercitar até à exaustão, é, quanto a mim, lamentável! Sempre dissemos que é preferível um mau Plano a plano nenhum! Passados estes anos sobre a sua apresentação, reitero essa máxima! Com este assunto termino a minha intervenção, que mais não pretendeu do que deixar algumas pistas, para que futuros Autarcas da Assembleia Municipal possam desempenhar as suas funções ainda com mais dedicação e com melhores resultados. Sintra e os Sintrenses saberão reconhecer o nosso trabalho. Por outro lado, faço votos para que com a experiência adquirida, se possa corrigir e melhorar comportamentos e procedimentos até aqui existentes. Quanto a mim, fico de consciência tranquila em termos pessoais, enquanto Membro de um Grupo pelo qual fui Eleito pelo Partido Socialista, de quase tudo ter feito para honrar a responsabilidade de ter sido eleito.-----

--- O 2º Secretário, Carlos Manuel dos Santos Duarte, na qualidade de Deputado Municipal da Coligação Mais Sintra, referiu: Senhor Presidente, eu ir-lho-ia pedir que me permitisse fazer esta minha pequena intervenção, aqui da própria Mesa, pois foi aqui que eu exerci estas funções durante quatro anos. Somente três ou quatro palavras, para não ocupar muito tempo, para o Senhor Deputado António Rodrigues poder usar da palavra imediatamente a seguir. Permita-me que esta minha intervenção se resuma a duas simples palavras: amizade e agradecimento. E vou tentar traduzi-las muito rapidamente, e permitam-me que o faça pela Comunicação Social, à qual quero apresentar os meus parabéns pelo veículo de transmissão que são para todos os Municípios deste nosso Concelho. Muito obrigado! Uma palavra a todas as Senhoras e Senhores Deputados, de todas as Bancadas, pela extraordinária e cordial relação que comigo mantiveram durante estes quatro anos. Em alguns casos até uma relação de amizade, e fico grato por isso! Permitam-me que eu diga que eu faço esta minha intervenção, pelo facto de ser a última Assembleia Municipal, mas também porque não estarei aqui no próximo mandato, daí que senti necessidade de intervir e de me dirigir neste último dia a todos vós! Queria agora referir-me, em especial e de forma muito sincera, a todos os Elementos Administrativos desta casa. Em primeiro lugar, para vos dar os parabéns pelo extraordinário desempenho em termos profissionais, que demonstraram durante estes quatro anos. Em segundo lugar, para vos agradecer, sinceramente, a forma extraordinariamente amável com que lidaram comigo durante estes quatro anos. A vós, muito obrigado! Depois, não poderia deixar de dirigir uma palavra muito especial à Senhora Deputada e 1ª Secretária, Ana Queiroz do Vale, pela facilidade e, de alguma forma, cumplicidade no bom desenrolar dos trabalhos que aqui mantivemos durante estes quatro anos. Eu sei que não é fácil lidar comigo e, portanto, Senhora Deputada muito obrigado! A última palavra, obviamente – e como diz o ditado, os últimos são os primeiros – é dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia.



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Somente para lhe dizer que guardo estes quatro anos, não só como Deputado Municipal mas, fundamentalmente, como Secretário desta Mesa, como algo daquilo que melhor eu pude passar em termos de Eleito Local. E devo-o, obviamente, em grande parte, ao Senhor Presidente. De qualquer forma, queria terminar por lhe dizer que foi para mim um privilégio e uma honra ter exercido esta função de 2º Secretário da Assembleia Municipal de Sintra, sob a sua orientação. Daí o meu muito obrigado!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Eu agradeço mas, mais um erro que eu fiz! Que despedidas! Eu não sabia, o que mostra a V. Exas o meu grau de intervenção nas listas!-----

--- *O Líder do PS, Deputado Paulo Marques, fez uma intervenção da Bancada que não se transcreve por inaudível.*-----

--- O Presidente da Assembleia continuou: V. Exa calcula que eu ainda não chego aí! Eu nem na Coligação Mais Sintra sei, quanto mais no Partido Socialista, na CDU ou no Bloco de Esquerda! Peço desculpa ao Senhor Deputado Carlos Duarte, meu querido amigo, pelo facto de não saber isso! Eu aprendi muito consigo também. Foi um elemento precioso na relação connosco! Muito obrigado por tudo!-----

--- O Líder da Coligação mais Sintra, Deputado António Costa Rodrigues, referiu: Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Engº Ângelo Correia, começo por si, porque V. Exa conseguiu fazer aquilo que é mais difícil: não favorecer a sua maioria! Devo dizer que – aliás tem sido a grande luta que eu tenho com os Presidentes da Assembleia Municipal, quando são próximos do Grupo ao qual me insiro, porque são sempre aqueles que mais me maltratam! – V. Exa não foi excepção nesse aspecto! Maltrata, no sentido que, obviamente, não dá, ao contrário de outros que funcionam nesta Assembleia Municipal, um privilégio particular à maioria da qual é oriundo, o que significa – e isto é naturalmente um elogio – que V. Exa soube encarnar o papel de Presidente da Assembleia Municipal de Sintra como ninguém! Eu não tinha dúvidas da sua capacidade e, muitas vezes, como já aqui foi dito, fez uso da sua bonomia e do seu espírito anti-regulamentar para pode conduzir os trabalhos da Assembleia com eficácia, com felicidade e com muita honra para nós que estivemos aqui durante estes últimos quatro anos. Não quero fazer nenhum testamento. Aliás, sou a pessoa menos capaz para poder fazer testamento! Não quero deixar mensagens, muito menos dizer àqueles que vêem aquilo que devem fazer, até porque cada um de nós sabe o que é que tem que fazer! Uma Assembleia Municipal é feita de pessoas, para pessoas! É bonito falarmos das pessoas que estão lá fora, fica-nos bem! Todos nós sabemos ser demagogos em algumas ocasiões, está agregado à nossa condição também de Políticos! Permitam-me que hoje, apenas e só, fale das pessoas que aqui estão! Das pessoas que aqui estão e algumas vão deixar de estar. Das pessoas que aqui estão, outras irão continuar. Seguramente, da primeira condição de todas elas. Como diziam, já não me lembro se foi o Paulo



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marques ou o Miguel Carretas, todos nós queremos o mesmo: ser melhores, fazer o bem em função do Concelho! E devo confessar que o próximo mandato vai ser extraordinariamente diferente, porque de todos os Líderes de todas as Bancadas, eles saem e portanto isso marca! Com a excepção da Bancada da maioria...-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Estava a ver que era mais um que eu me tinha esquecido! Da próxima eu era naturalmente saneado das Listas!-----

--- O Deputado António Rodrigues continuou: E, por isso, uma palavra particular para o fim das funções do André Beja, não lhe desejo boa sorte para as novas funções; lamento que o Miguel Carretas deixe a Assembleia Municipal de Sintra, mas já lhe lancei o desafio para nos voltarmos a encontrar, quem sabe noutra sítio qualquer; e tive oportunidade de pública, mas também particularmente, dizer ao Senhor Deputado Paulo Marques, o quanto lamentável que as circunstâncias levassem a que ele entendesse, por razões éticas, a não ser candidato nas listas do Partido Socialista. Ao contrário de outros, não lamento que haja Presidentes de Junta de Freguesia que não voltem. Cumprimento-os, tenho em primeira linha amizade por eles e quando tive oportunidade de o fazer, defendi-os, porque entendia que o devia, independentemente da Bancada Política na qual estou integrado. E só não lamento, porque acho que eles têm outras coisas para fazer na vida, como eu um dia deixarei de estar aqui! Como muitos nós deixarão de estar aqui! Como há Presidentes de Junta de Freguesia que foram aqui referidos, da minha Bancada, que vão deixar de exercer funções e que merecem a mesma palavra, a mesma atenção e o mesmo cuidado! Há uma coisa que eu sempre disse aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que continuarei sempre a dizer: tenho um enorme respeito, qualquer que seja o Partido, pelas tarefas que desenvolvem, porque eles são a primeira barreira em relação aos Eleitores, são eles o primeiro conjunto de pessoas que têm que levar, muitas vezes, com a injustiça de muitos! E tenho muito respeito por qualquer um deles porque, em primeira linha, aceitaram candidatar-se para defender os interesses daqueles que, directamente, vão ter que prestar contas dia-a-dia! Tenho todo o respeito por qualquer Presidente de Junta de Freguesia, independentemente do Partido. Naturalmente que tenho pena que, no próximo mandato, alguns amigos meus já não estejam aqui! Mas continuarão a ser seguramente meus amigos! Outros estarão aqui noutras funções e noutras circunstâncias. Eu tenho, porventura, uma das tarefas mais complexas aqui nesta Assembleia Municipal neste mandato, que é ter que justificar e suportar uma maioria, porque é difícil gerir um conjunto de pessoas que têm sensibilidades diferentes! Mas confesso que tive uma vantagem: eu faço-o por convicção e só quem não me conhece é que pode dizer o contrário! Cada vez que eu fiz uma intervenção a defender qualquer Vereador desta Câmara Municipal, naturalmente da maioria que eu apoio, fi-lo com convicção! Acredito nos Vereadores! Acredito, acima de tudo, na vontade e naquilo que o Presidente da Câmara fez durante estes últimos oito anos e, particularmente, nestes últimos quatro. Se assim não fosse, eu não seria Líder daquela Bancada! Se assim não fosse, eu não teria vindo aqui



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defender a Câmara, as vezes que fiz! Fi-lo convencido e continuo convencido que essa mesma equipa, pese embora qualquer sensibilidade diferente que eu tenha em relação a algumas pessoas, continua a ser a melhor equipa para conduzir os destinos deste Concelho. Independentemente de relações pessoais e daquilo que possam dizer na base de tanta intriga e tanto comentário negativo. Estou nesta Assembleia Municipal – porventura serei o decano desta Assembleia Municipal – desde 1985, com um pequeno interregno entre 1989 e 1993. Continuo a fazê-lo com a mesma vontade que tinha nessa altura, mas só por uma razão: porque continuo a acreditar naquilo que faço e nas pessoas que estão na minha Bancada que, quantas vezes, os Presidentes de Junta ou Membros Eleitos fizeram intervenções aqui que, porventura, poderiam ter ido mais longe, gostavam de ter dito outras coisas, porque é fácil! Como das Bancadas da Oposição fizeram, muitas vezes, aqui intervenções injustas! Tornaram casos e excepções, em regra! Tornaram pequenas coisas em eventuais grandes, quando elas não tinham razão de ser! Uma das coisas que hoje foi aqui colocada em cima da mesa por duas ou três vezes foi a questão das Linhas de Muito Alta Tensão. Mas alguém meteu a mão na consciência de algumas Bancadas, que deixaram cair esse assunto quando os jornais deixaram de falar com eles? E o Presidente da Comissão quantas vezes quis reunir, e aqueles que tinham ficado de apresentar trabalho e não o fizeram? Aqueles que vieram aqui, exactamente, falar desse assunto! Isso é demagogia! Isso é falta de capacidade de levar as coisas até ao fim, quando elas deixam de ter dimensão pública! Essa discussão que se teve hoje, é uma questão inquinada! Estamos em campanha eleitoral e as questões que foram colocadas aqui em cima da mesa, são aquelas que nas últimas semanas têm sido discutidas. E, portanto, a seriedade da discussão que muitas vezes aqui se tem tido, como foi o caso de hoje, é uma seriedade demagógica, não objectiva e pretende-se transformar isto numa discussão política, mas sem eficácia e sem qualquer resultado prático! À laia de conclusão, devo-lhes dizer que se estavam à espera, apenas e só, que eu só dissesse aquilo que queriam ouvir, desenganem-se! De mim, nunca terão isso! Tenho pena de no próximo mandato alguns amigos não estarem! Tenho pena que a minha Bancada não continue a ser a mesma, porque tenho honra em ter presidido à mesma. Tenho, acima de tudo, a honra do próximo mandato continuar a defender a Câmara Municipal, que eu apoiei inequivocamente nos últimos oito anos, sob a Presidência de Fernando Seara! Enquanto ele for Presidente da Câmara eu estarei cá! Depois, logo se verá! Senhor Presidente, concluo como comeciei: Muito obrigado!-----

--- O Presidente da Assembleia referiu: Senhor Deputado António Rodrigues, agradeço-lhe ter referido que eu tentei ser equânime com todos os Partidos e todas as pessoas. Muito obrigado! O último acto que eu fiz aqui, juntamente com o Carlos e a Ana, foi assinar um documento, que é elaborado pelos Serviços, até ao último momento em que funcionamos, o que demonstra a qualidade, a eficácia, a lealdade e a prestação que os Senhores e as Senhoras têm. Muito obrigado! Meus Senhores, boa campanha a todos! Felicidades pessoais para todos e que nos encontremos o mais possível, não diria no



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

paraíso, mas aqui daqui a algum tempo!-----

--- Nos termos do Artº 92º, nº 3 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, Artº 27º, nºs 3 e 4 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 5ª sessão extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2005, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (doc. nº 6).-----

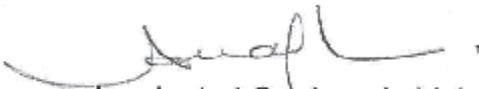
--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, às 23h.55m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


José Angelo Ferreira Correia

A 1ª SECRETÁRIA


Ana Isabel Queiroz do Vale

O 2º SECRETÁRIO

Carlos Manuel dos Santos Duarte



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE PRESENCAS

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

20h.30m

2009.09.11

TOTAL DE DEPUTADOS MUNICIPAIS: 53

PRESENCAS:

COLIGAÇÃO MAIS SINTRA – PPD/PSD – CDS/PP – PPM – MPT

José Angelo Ferreira Correia.....

António Costa Rodrigues

José Pereira Lopes

Vitor Manuel Bastos Ferreira.....

Acácio Simões Brás Inácio

Sérgio Hugo Nunes Dias

Carlos Manuel dos Santos Duarte

Vitorino Guilherme Casinhas Duarte Pesquisa.....

Nuno Maria Sousa C. da Câmara Pereira

José Alexandre Nascimento Marques de Almeida

Ana Isabel Pais Pacheco Valente.....

António Miguel Alcobia Ribeiro Paiva.....

José António de Oliveira Vinagre.....

Luís Nuno Gama Lobo Neves Ramos.....

Handwritten signatures of the listed deputies.



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 08/09

2009.09.11

PARTIDO SOCIALISTA - PS

| | |
|--|--|
| Ana Isabel Queiroz do Vale | |
| Paulo Jorge Duarte Marques | |
| Bruno Ribeiro dos Santos Tavares | |
| Joaquim Nunes dos Santos | |
| António Luís Oliveira Santos Lopes | |
| Maria Emília Valadas de Lima Infante | |
| Pedro António Marinho dos Anjos | |
| Valter Manuel Antunes Januário | |
| Manuel Joaquim | |
| Moisés Lopes Gil | |
| Susana Cristina Lança Rodrigues | |



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – (CDU) – PCP-PEV

Miguel Brás Lourenço Carretas

Maria Graça Tavares Alves Rodrigues

Sérgio Francisco Teixeira Ribeiro

Rogério Duarte Cassona

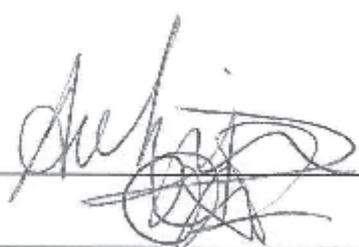
António Jorge Cerva Mendes Matos.....



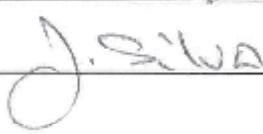
SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

BLOCO DE ESQUERDA - BE

André Aurélio Marona Beja.....

Carla Cristina Duarte Henriques.....

Jorge Emanuel Gomes da Silva



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Aqualva

Rui Miguel Magalhães Castelhanao *Rui Miguel*

Algueirão - Mem Martins

Manuel dos Santos Cabo *Manuel dos Santos Cabo*

Almargem do Bispo

Vítor Manuel Fernandes Corredoura _____

Belas

Jorge Alexandre dos Santos Coutinho Lucena _____

Cacém

José Faustino Mértola de Jesus *José Faustino Mértola de Jesus*

Casal de Cambra

José Manuel da Silva Elias _____

Colares

Carlos José Almeida Leiria *Carlos José Almeida Leiria*

Massamá

José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva *José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva*

Mira Sintra

Rui Pedro Miranda Pinto _____

Monte Abraão

Maria de Fátima Cristelo Campos *Maria de Fátima Cristelo Campos*

Montelavar

Lina Maria Venâncio Santos Andrês *Lina Maria Venâncio Santos Andrês*

Pêro Pinheiro

Domingos Rodrigues *Domingos Rodrigues*

Queluz

António Santos Barbosa Oliveira *António Santos Barbosa Oliveira*

Rio de Mouro

Filipe Gonçalo de Faria Santos *Filipe Gonçalo de Faria Santos*

Sintra - Santa Maria e São Miguel

António Vicente *António Vicente*

São João das Lampas

José Miguel Portelinha Vaz *José Miguel Portelinha Vaz*

São Marcos

Nuno Miguel Pereira Brilha Anselmo *Nuno Miguel Pereira Brilha Anselmo*

São Martinho

Adriano Caetano Filipe *Adriano Caetano Filipe*

São Pedro de Penaferrim

José Carlos de Oliveira Domingues *José Carlos de Oliveira Domingues*

Terrugem

José António Alves do Paço _____

